

Relatório de
Atividades
2012



Agesan

**Agência Reguladora de Serviços de Saneamento
Básico do Estado de Santa Catarina**

SUMÁRIO

1. Mensagem da Diretoria	4
2. Identidade institucional	6
2.1 Apresentação da equipe	7
2.2 Histórico	8
2.3 Missão	9
2.4 Objetivo	9
2.5 Finalidades	9
2.6 Competências	9
2.7 Organograma	10
2.7.1 Regulação	11
2.7.2 Fiscalização	11
2.7.3 Estudo tarifário	12
2.7.4 Diretoria Colegiada	12
2.7.5 Controle social	12
2.7.6 Estabelecimento	14
2.8 Resumo das atividades de 2012	16
3. Saneamento básico	26
3.1 Atuação da Agência	27
3.2 Normatização	28
3.3 Fiscalização	30
3.3.1 Fiscalização da qualidade da água e do esgoto	30
3.4 Tabelas	31
3.5 Resultados e evolução	32
3.6 Credenciamento de Laboratórios	48
3.7 Ouvidoria	49
3.8 Atividades	49
3.8.1 Encontro de capacitação	49
3.8.2 Projeto Sujismundo	63
3.8.3 Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico em Santa Catarina 2012	64
3.8.4 Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú	68
3.8.5 Outras atividades	71
4. Demonstrativos financeiros	74
1. Aspectos financeiros	76
2. Inscrição dos restos a pagar e disponibilidade de caixa	78
3. Demonstrações contábeis	79
3.1. Balanço patrimonial	79
3.2. Balanço orçamentário	80
3.3. Demonstração das variações patrimoniais	81
4. Previsão orçamentária para 2013	81
5. Considerações finais	82



1 Mensagem da Diretoria

A Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – Agesan – vem apresentar à sociedade, usuários, prefeituras, órgãos estaduais, municipais e federais e concessionárias as atividades desenvolvidas, no ano de 2012, do seguimento regulatório do serviço prestado pela Agência de Saneamento Básico de Santa Catarina.

A Agesan tem como diretriz atuar com poder de polícia na regulação, controle e fiscalização para garantir a qualidade dos serviços públicos de saneamento básico de uma região. Os principais pilares da atuação envolvem o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, setores que determinam o conceito de saneamento básico e aspectos importantes que devem ser aproximados com o interesse público e elementos sociais.

Desde a implantação, em janeiro de 2010, pela Lei Complementar nº 484, a Agesan realiza trabalho de regulação e fiscalização dos serviços prestados na área do saneamento básico no estado.

O ano de 2012 avançou no número de municípios conveniados e nas fiscalizações, com isso aumentando em muito a atuação da Agesan. Chegamos a marca de mais de oitocentas mil economias, isso significa que temos a responsabilidade de regular e fiscalizar para mais de três milhões de usuários.

Foram cinquenta e três fiscalizações iniciais programadas, seis emergenciais e doze de acompanhamentos, além de dez seminários de capacitação para gestores públicos de orientação e em todas áreas do saneamento.

Diante desse quadro de trabalho acreditamos que 2012 foi mais um ano produtivo e crescente. Além dos usuários, que puderam aos poucos obter mais conhecimento sobre a agência e sua funcionalidade. Esta prestação de contas, ao apresentarmos esse relatório anual, nos auxilia para atuar com transparência, fazendo com que cada passo seja dado com responsabilidade, como consta no Regimento Interno da Agência, Resolução nº 002/2010.

Uma Agência nova e que tem demonstrado comprometimento.

Finalmente, agradecemos aos nossos parceiros, sociedade, prestadores de serviços e, especialmente, ao corpo técnico da Agência que tem desempenhado um papel importante e fundamental para que o trabalho seja realizado com sucesso.

Diretoria Colegiada da Agesan



2 Identidade institucional

2.1 Apresentação da equipe

DIRETOR GERAL

Sérgio José Grandó

DIRETOR DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Engº Sílvio César dos Santos Rosa

GERENTE DE REGULAÇÃO

Cássio Moraes Schambeck

GERENTE DE FISCALIZAÇÃO

Jatyr Fritsch Borges

EQUIPE TÉCNICA

Ana Paula D. Dagostin Milanez

João Luiz Coelho

Luciana Pedroso

Márcia Menezes da Silva Soncini

Silvana Rodrigues

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Ari Vequi

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Içuriti Pereira da Silva

GERENTE FINANCEIRO

André Conceição Costa

GERENTE DE GESTÃO DE PESSOAL

Márcio Jorge Spies

GERENTE DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Danilo Guimarães de Almeida

GERENTE DE APOIO OPERACIONAL

Carlos Alberto da Silva

DIRETOR JURÍDICO

Marco Antônio Koerich de Azambuja

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Karin Walli Gazelle Burda Pereira

OUVIDORIA

Kleber Damasio

Sandro Fidelis

CONSELHO CONSULTIVO

Átila dos Santos Rocha

Erivaldo Nunes Caetano Junior

Marcos Brollo Junior

Priscila Cardoso Vieira

Ronaldo Brito Freire

Rubens Cruz de Aguiar

Sílvio César dos Santos Rosa

APOIO

Ana Maria do Espírito Santo

André Ademar Bittencourt

Carolina dos Santos

Cláudio Manoel da Conceição

Diego Pinheiro

Ederson Silveira

Edna dos Santos Rosa

Enir Popenga

Fernanda da Silva P Bosquetti

João José dos Santos

José Ronaldo Nunes

Leandro Antonio Florindo

Leonardo Onofri

Lennon Parisotto

Marcello Farias Rosa

Tatiana Vilela Quintanilha

Valério dos Santos

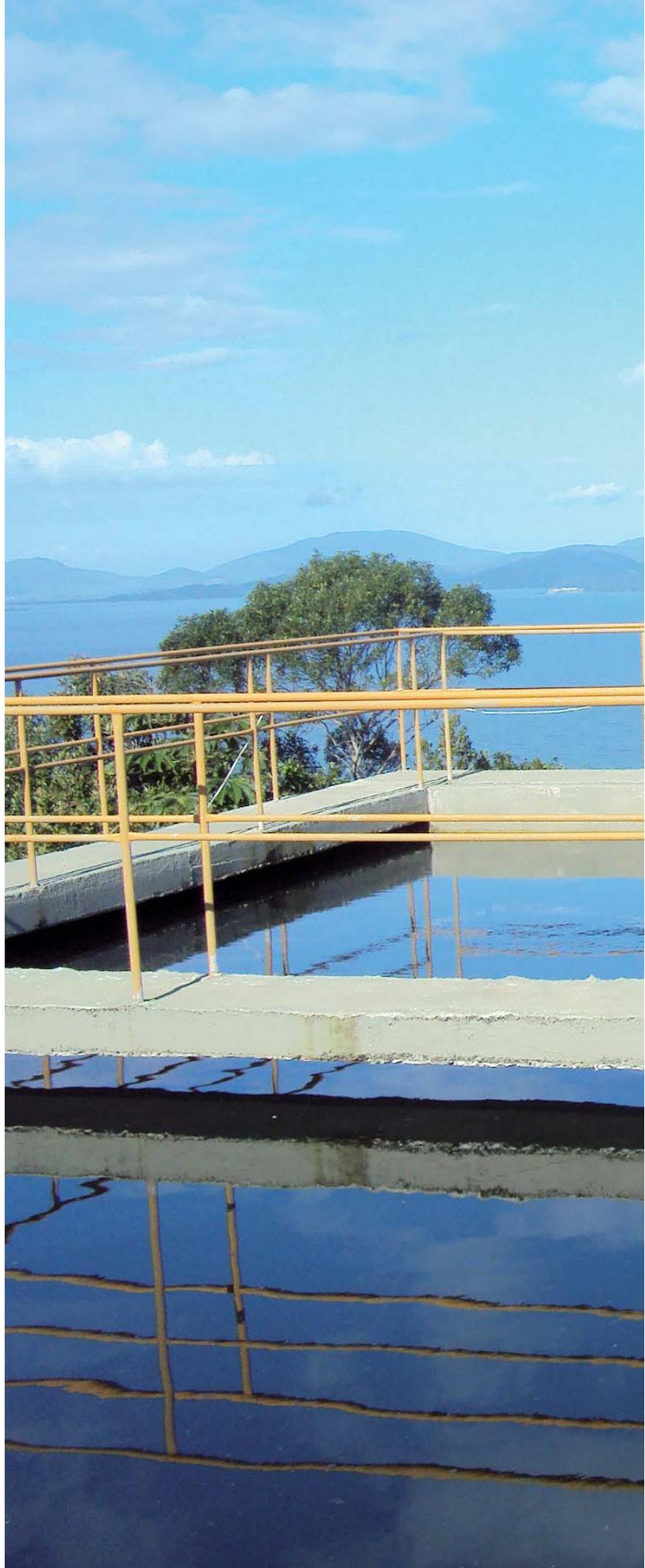
Zélio Brito

2.2 Histórico

Criada em 10 de janeiro de 2010 pela Lei Complementar nº 484, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – Agesan, autarquia de regime especial vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina – SDS, caracterizada pela sua autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, condições essas que lhe permitem total independência e transparência na atuação e relacionamento com o poder concedente, prestadores de serviço e sociedade.

No dia 9 de fevereiro de 2010, o senhor ex-Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira encaminhou à Assembleia Legislativa a nominata indicando os cidadãos para comporem a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina. Após análise, foi aprovada por unanimidade a composição da Diretoria, através do Decreto Legislativo nº 18.288, de 16 de março de 2010, sendo os Gerentes da Agência nomeados por livre escolha do Chefe do Poder Executivo.

A partir de 2012, intensificaram as fiscalizações operacionais, iniciaram-se as fiscalizações de controle da qualidade da água e do esgoto e foi ampliada a gama de municípios conveniados com a Agência.



2.3 Missão

Mediar os interesses dos usuários, do poder concedente e dos prestadores de serviços públicos delegados, a fim de garantir a excelência dos serviços de saneamento básico do Estado de Santa Catarina.

2.4 Objetivo

Fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais, cuja regulação seja delegada ao Estado pelos órgãos competentes.

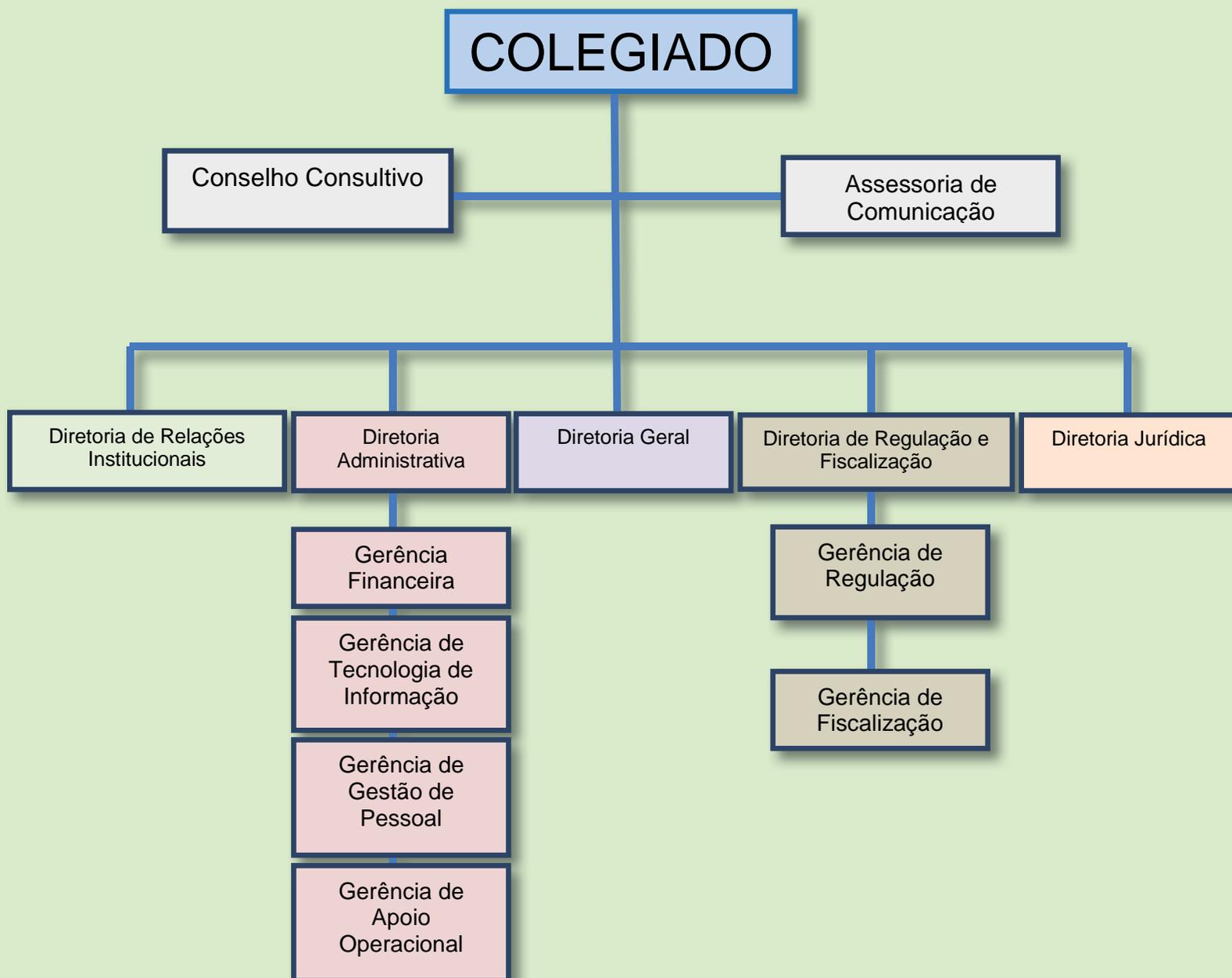
2.5 Finalidades

- Regular, controlar e fiscalizar, com poder de polícia;
- Disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação das políticas de saneamento básico;
- Garantir a qualidade dos serviços públicos de saneamento básico;
- Buscar canais para o relacionamento com usuários e prestadoras de serviço;
- Estimular a participação do cidadão no processo decisório;

2.6 Competências

- Fiscalizar aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;
- Expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando à otimização dos custos, segurança das instalações e atendimento aos usuários;
- Analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;
- Participar da elaboração e supervisionar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico e do Plano Estadual de Saneamento Básico;
- Elaborar estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico;
- Aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas;
- Manter serviço gratuito de atendimento telefônico. Ouvidoria: 0800 6448500;
- Celebrar convênios e contratos com órgãos e entidades internacionais e nacionais, federais, estaduais e municipais e com pessoas jurídicas de direito privado;
- Realizar audiências e consultas públicas;
- Estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;
- Celebrar convênio com municípios que tenham interesse em contar com a atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – Agesan.

2.7 Organograma



2.7.1 Regulação

É todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos.

2.7.2 Fiscalização

As atividades de fiscalização estão previstas na Resolução nº 07/2011 e compõem atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

Compreende um conjunto de etapas e procedimentos que serão adotados para observar o cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis à prestação dos serviços, notificando os eventuais descumprimentos e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis, conforme previsto nos instrumentos delegatórios da concessão. As peças documentais serão os registros escritos e autenticados do ato de fiscalizar, utilizados como prova de todo o desenvolvimento da ação de fiscalização e de suas conclusões.

Dividem-se em:

I – As ações de fiscalização se darão em etapas denominadas: **Ação de Fiscalização Inicial, Ação de Fiscalização de Acompanhamento, Ação de Fiscalização Emergencial ou Eventual** e têm como objetivos:

- a) aferir as informações previamente recebidas;
- b) observar aspectos de infraestrutura: segurança, funcionalidade, adequação, operação e manutenção, adoção das normas técnicas regulamentares, entre outros;
- c) conhecer os procedimentos e rotinas das áreas operacional e comercial;

d) verificar a adequação e coerência com os procedimentos especificados nas normas e regulamentos;

e) analisar o cumprimento da legislação em vigor e do contrato de concessão nas áreas operacional e comercial; e

f) atender a situações emergenciais, seja por denúncia ou conhecimento próprio.

Da **Fiscalização Inicial**:

I – A primeira etapa, cujo objetivo é identificar não conformidades na prestação dos serviços e que se estende desde a análise das informações solicitadas à concessionária até o término da elaboração do Relatório de Fiscalização, denomina-se de **Fiscalização Inicial** e subdivide-se em:

a) ofício solicitando informações gerais do sistema a ser fiscalizado, enviado no mínimo 15 (quinze) dias antes à concessionária;

b) atividades de campo; e

c) Relatório de Fiscalização.

II – Após o encerramento da fiscalização inicial, serão encaminhados o **Relatório de Fiscalização (RF)** e o **Termo de Notificação (TN)**, quando for o caso, à concessionária, para manifestação. A concessionária deverá se manifestar através de um Relatório de Ajustamento de Ação e Conduta (RAAC), no qual consignará as suas justificativas e/ou providências que adotará para o cumprimento das determinações contidas no Termo de Notificação;

III – Encaminhado o RAAC, o setor competente da Agesan emitirá parecer encaminhando à análise do relator. Caso o setor técnico competente considere insuficiente o exposto no RAAC, devem ser solicitadas informações complementares. Após a emissão de parecer pelo setor técnico competente da Agesan, o relator analisará e decidirá sobre o assunto;

IV – A concessionária será informada da decisão e da data em que será realizada a segunda etapa da ação de fiscalização, que deverá ocorrer após esgotados os prazos fixados para a solução das desconformidades.



Da Fiscalização de Acompanhamento:

I – Nesta fase da ação de fiscalização, o técnico responsável efetuará vistoria nas instalações da concessionária para verificar se foram solucionadas as desconformidades identificadas na fase inicial;

II – Findos os prazos estabelecidos para a correção das desconformidades, a concessionária será informada sobre a realização da Fiscalização de Acompanhamento;

III – Findos os prazos estabelecidos para a correção das desconformidades, a concessionária será informada sobre a realização da Fiscalização de Acompanhamento;

IV – O Relatório de Fiscalização de Acompanhamento será conclusivo, devendo indicar objetivamente se foram atendidas ou não as determinações contidas no TN;

V – O descumprimento por parte da concessionária de determinação constante no Termo de Notificação dará ensejo aos procedimentos administrativos para apuração de infrações e aplicação de penalidades, cujo encaminhamento se dará de acordo com o estabelecido nos instrumentos delegatórios da concessão, encerrando-se, assim, a Ação de Fiscalização;

VI – As ações de fiscalização emergencial e eventual serão realizadas sempre que necessário, por provocação ou iniciativa própria, quando algum fator extraordinário for detectado nos serviços prestados.

2.7.3 Estudo tarifário

Entre as suas diversas atribuições incluem-se o estabelecimento do regime tarifário, de forma a garantir a “modicidade das tarifas e o equilíbrio da econômico-financeiro da prestação de serviços”. Desta forma, o reajuste e a revisão das tarifas cobradas pelos prestadores encontram-se sujeitos à regulação e fiscalização da Agesan.

2.7.4 Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada é o órgão superior de direção da Agesan, sendo composta pelos 5 diretores:

- Diretor Geral;
- Diretor de Regulação e Fiscalização;
- Diretor Administrativo;
- Diretor de Relações Institucionais; e
- Diretor Jurídico.

Compete à Diretoria analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competências da Agesan.

2.7.5 Controle social

A Agesan conta com canais de relacionamento com os usuários que os procuram para garantirem seus direitos. Por isso, a Agência oferece uma estrutura de Ouvidoria, além de outros canais de comunicação como: o endereço eletrônico agesan@agesan.sc.gov.br, comunicacao@agesan.sc.gov.br, o *site* www.agesan.sc.gov.br (reformulado com novo layout) e o [@agesan2012](https://twitter.com/agesan2012), na rede social twitter, usados em 2011 e permaneceram em 2012.

Contudo, outra ferramenta para comunicação ganhou espaço para divulgação do trabalho da Agesan, o Informativo.

O Informativo é uma ferramenta utilizada também pela assessoria de comunicação que tem como propósito informar as principais atividades da Agência com linguagem clara, objetiva e ilustrativa, enviado via e-mail e correspondência para entidades, órgãos competentes, e outros.

Além do atendimento pessoal, localizado na Rua Anita Garibaldi, nº 79, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, onde a sociedade pode buscar informações sobre as ações da Agesan e como ela pode ser útil para todos os usuários de Santa Catarina.



Informativo



JUNHO 2012

NÚMERO 3

Encontro de Capacitação sobre Saneamento Básico no mês de maio

Desde abril a AGESAN vem realizando os Encontros de Capacitação sobre Saneamento Básico pelas regiões hidrográficas de Santa Catarina. Neste mês de maio os eventos aconteceram em três municípios: São Miguel do Oeste, Xanxerê e Jaraguá do Sul.



No dia 8 de maio, no auditório da Universidade do Oeste – UNOESC, em São Miguel do Oeste, a equipe da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico, com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Secretaria de Estado do Planejamento, proporcionou o 4º Encontro de Capacitação para as SDR's de São Miguel, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha e Palmitos.

Estiveram presentes aproximadamente cem pessoas, entre público e palestrantes, para debater temas como atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina; Experiência Exitosa de Consórcio Público de Resíduos Sólidos Urbanos; Visão das Agências na Regulação e Fiscalização dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Conselho Estadual das Cidades.

No 5º Encontro de Capacitação, que aconteceu no dia 10 de maio, foram envolvidos representantes de 31 municípios do Meio-Oeste, no Plenário da Câmara de Vereadores de Xanxerê.



Cerca de 80 pessoas pertencentes às Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó, Quilombo, São Lourenço e Xanxerê participaram do evento. Entre os presentes estavam servidores municipais na área de saneamento básico e meio ambiente, técnicos, servidores da EPAGRI, Vigilância Sanitária, COINCO, FUNASA, CEF, BADESC, entre outros.

Os próximos Encontros de Capacitação acontecerão nas cidades de Joaçaba (19) e Curitibanos (21) par regionais. Mais informações sobre cada evento no site www.agesan.sc.gov.br.

Desde do primeiro Encontro o evento tem sido dividido entre palestras pela parte da manhã e mesas de debates com participação do público.

Para o Diretor Geral da AGESAN, Sérgio Grandó, a participação dos polos regionais envolvidos tem sido positiva, uma vez que saneamento básico é saúde pública, e um tema que tem que ser discutido cada vez mais.



Já o 6º Encontro foi plateia cheio do Sul, para as rev. Mafra, Tim Blumenau e Jaraguá do Sul. O evento foi realizado no CENSA, com 110 pessoas, com a finalidade de já ve sentada nos Encontros anteriores, que é apresentar a regulação dos municípios, disseminar informações e discutir sobre questões de melhorias na qualidade de serviço Básico.

Em Jaraguá do Sul estiveram presentes representantes regionais de cada cidade, CASAN, VISA, UFSC, Câmara CELESC, BADESC, CEF, Polícia Ambiental, Associações Comitês de Bacias Hidrográficas, Concessionárias Municipais, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Fundações Municipais, entre outros.

Os próximos Encontros de Capacitação acontecerão nas cidades de Joaçaba (19) e Curitibanos (21) par regionais. Mais informações sobre cada evento no site www.agesan.sc.gov.br.

Fiscalizações em três municípios



No mês de maio a equipe de Fiscalização Emergencial e de Acompanhamento de Abastecimento de Água – SSA.

Em Biguaçu foi feita a fiscalização emergencial. A equipe foi atender à reclamação da Prefeitura Municipal sobre a falta de água em algumas localidades, onde foi detectado problemas no sistema de água e emitida notificação à Concessionária para responder em 15 dias.

Para a cidade de Armação a visita técnica deu-se para conhecimento da estrutura disponível aos usuários e foi elaborado um relatório encaminhado à Concessionária com recomendações de melhorias.

AGESAN esteve em Brasília com Ministério da Saúde e Entidades Reguladoras

O Diretor de Fiscalização e Regulação, Silvio Rosa, e o Gerente de Fiscalização, Jatyr Borges, estiveram em Brasília, no dia 7 de maio, para participar de uma reunião de trabalho a fim de discutir o fornecimento coletivo da água para consumo humano, uma vez que, considerando a Lei nº 11.445/2007, que trata das competências da entidade reguladora junto à prestação de serviços públicos de saneamento básico, e a Portaria MS nº 2.914/2011, que estabelece as competências do setor saúde.

Foram dois dias importantes de reunião e de troca de experiências, com a atuação conjunta das Agências Reg de Saúde para a garantia do abastecimento de água.



2.7.6 Estabelecimento



Sede da Agesan



Recepção



Diretoria de Regulação e Fiscalização



Diretoria Colegiada



Setor de Recursos Humanos, Financeiro e Operacional



Setor de Tecnologia da Informação



Veículo de Fiscalização



A Agência ainda conta com um material didático (folder institucional, relatório anual das atividades, banners, informativos, vídeo institucional e cartilhas educativas) para ser entregue aos usuários dos serviços de saneamento básico prestados, com o objetivo de orientar e conscientizar a importância de uma Agência que regula e fiscaliza os serviços de saneamento básico no Estado de Santa Catarina.

A Agesan disponibiliza, na sede comercial da prestadora regulada, uma placa de identificação contendo o telefone da Ouvidoria e o endereço eletrônico da Agência.



Foram ainda realizadas palestras técnicas nos municípios catarinenses, visando apresentar aos gestores públicos e à sociedade em geral a estrutura, a importância e os serviços oferecidos pela Agesan.

Durante a elaboração das resoluções da Agesan são feitas consultas públicas, visando recolher contribuições e informações para o aperfeiçoamento das minutas de resoluções, nas quais podem participar os interessados, associações, prestadoras de serviços e a sociedade civil.

2.7.5.1 Conselho Consultivo

As reuniões do Conselho Consultivo acontecem semanalmente para discussão de matérias de competência da Agesan, acompanhamento e sugestões das atividades realizadas e dos relatórios das ações de fiscalização. Seus membros foram designados pelo Chefe do Poder Executivo, para um mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma recondução, tendo em sua composição:

I - um Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – Agesan, indicado pela Diretoria Colegiada, que o presidirá;

II - um representante das empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico no Estado de Santa Catarina, reguladas e fiscalizadas pela Agesan;

III - um representante do Programa de Defesa do Consumidor do Estado de Santa Catarina – PROCON, da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania;

IV - um representante de município cujo serviço seja regulado e fiscalizado pela Agesan;

V - um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

VI - dois representantes da sociedade civil.

Compete ao Conselho Consultivo apresentar propostas relacionadas às matérias de competência da Agência, acompanhar suas atividades verificando o adequado cumprimento de suas competências legais e opinar sobre os relatórios periódicos de suas atividades.



2.8 Resumo das atividades de 2012

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Expansão dos convênios da Agesan	Expansão de novos convênios municipais com a Agência.
Veículo para fiscalização da Agesan	Processo de Licitação para a compra de veículos para as atividades de fiscalização da Agência nos municípios conveniados. Compra de dois carros TR4 - Pajero.
Proposta de Projeto de Lei – Criação de Cargos e Salários e Concurso Público	Exposição de motivos para o Governador do Estado para a criação do Quadro de Cargos e Salários dos servidores da Agesan, juntamente com a proposta do Concurso Público, em elaboração pela Agesan. A proposta foi encaminhada ao Secretário Paulo Bornhausen para encaminhamento junto ao Governador. Processo Agesan nº 00074/2011. O secretário da SDS encaminhou a proposta para a Secretaria da Casa Civil.
Credenciamento do Laboratório de Análise Físico-Química e Microbiológica de água e efluentes	Processo 0082/2011 – Proposta de Credenciamento do Laboratório QMC Saneamento Ltda. Contrato nº 001/2012, assinado em 16/02/2012.
Credenciamento do Laboratório de Análise Físico-Química e Microbiológica de água e efluentes	Processo 0026/2012 – Proposta de Credenciamento do FREITAG Laboratórios. Contrato assinado.
Criação de vídeo institucional da Agesan	Elaboração de um vídeo institucional sobre a Agesan, sua missão e ações de fiscalização, para distribuição nas prefeituras e escolas do Estado de Santa Catarina. Aprovado e finalizado no dia 07 de dezembro.
Videoconferência com as SDR's	Mobilização entre a Agesan e a Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) para a realização dos dez encontros de capacitação sobre os Serviços de Saneamento Básico, por meio de uma videoconferência com os Secretários Regionais, os Secretários Adjuntos e os Gerentes de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura. Realizada no dia 21 de março, com a presença de todos os diretores da Agesan e de quinze SDR's conectadas.
Encontros de capacitação sobre os Serviços de Saneamento Básico	Foram realizados dez encontros nas SDR's: Grande Florianópolis, Lages, Ituporanga, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Joaçaba, Curitibaanos, Jaraguá do Sul, Criciúma e Laguna, com objetivo de disseminar conhecimentos e informações através de palestras e debates aos gestores públicos e representantes da sociedade civil organizada.
Convênio com o município de Antônio Carlos	Assinatura do Termo de Convênio nº 017/2011 entre a Agesan e o município de Antônio Carlos, com vigência de 5 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Garopaba	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 001/2012 entre a Agesan e o município de Garopaba, com vigência de 2 anos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Convênio com o município de Balneário Gaivota	Assinatura do Termo de Convênio nº 020/2012 entre a Agesan e o município de Balneário Gaivotas, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Águas Mornas	Assinatura do Termo de Convênio nº 019/2011 entre a Agesan e o município de Águas Mornas, com vigência de 5 anos.
Protocolo de Adesão com o município de São Martinho	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 002/2012 entre a Agesan e o município de São Martinho, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Ponte Alta	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 023/2011 entre a Agesan e o município de Ponte Alta, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Angelina	Assinatura do Termo de Convênio nº 020/2011 entre a Agesan e o município de Angelina, com vigência de 5 anos.
Convênio com o município de Rio das Antas	Assinatura do Termo de Convênio nº 021/2011 entre a Agesan e o município de Rio das Antas, com vigência de 5 anos.
Convênio com o município de Maravilha	Assinatura do Termo de Convênio nº 017/2012 entre a Agesan e o município de Maravilha, com vigência de 5 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Santa Helena	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 016/2012 entre a Agesan e o município de Santa Helena, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Belmonte	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 024/2012 entre a Agesan e o município de Belmonte, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Campo Erê	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 025/2012 entre a Agesan e o município de Campo Erê, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Treze Tílias	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 029/2012 entre a Agesan e o município de Treze Tílias, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Jupia	Assinatura do Termo de Convênio nº 019/2012 entre a Agesan e o município de Jupia, com vigência de 5 anos.
Convênio com o município de Descanso	Assinatura do Termo de Convênio nº 018/2012 entre a Agesan e o município de Descanso, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Palma Sola	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 015/2012 entre a Agesan e o município de Palma Sola, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Campos Novos	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 030/2012 entre a Agesan e o município de Campos Novos, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Zortéa	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 031/2012 entre a Agesan e o município de Zortéa, com vigência de 2 anos.



AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Protocolo de Adesão com o município de Balneário Camboriú	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 012/2012 entre a Agesan e o município de Balneário Camboriú, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Sangão	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 023/2012 entre a Agesan e o município de Balneário Camboriú, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Vargem Bonita	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 032/2012 entre a Agesan e o município de Vargem Bonita, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Armazém	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 034/2012 entre a Agesan e o município de Armazém, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Novo Horizonte	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 035/2012 entre a Agesan e o município de Novo Horizonte, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de São Bernardino	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 036/2012 entre a Agesan e o município de São Bernardino, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Saltinho	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 037/2012 entre a Agesan e o município de Saltinho, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Riqueza	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 038/2012 entre a Agesan e o município de Riqueza, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Lageado Grande	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 039/2012 entre a Agesan e o município de Lageado Grande, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Santa Terezinha do Progresso	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 040/2012 entre a Agesan e o município de Santa Terezinha do Progresso, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Abdon Batista	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 041/2012 entre a Agesan e o município de Abdon Batista, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de São Miguel da Boa Vista	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 042/2012 entre a Agesan e o município de São Miguel da Boa Vista, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Ibiam	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 043/2012 entre a Agesan e o município de São Miguel da Boa Vista, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Calmon	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 046/2012 entre a Agesan e o município de Calmon, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Witemarsun	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 047/2012 entre a Agesan e o município de Witemarsun, com vigência de 2 anos.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Protocolo de Adesão com o município de Santa Terezinha	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 048/2012 entre a Agesan e o município de Santa Terezinha, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Papanduva	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 049/2012 entre a Agesan e o município de Santa Terezinha, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Monte Castelo	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 050/2012 entre a Agesan e o município de Monte Castelo, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Timbó Grande	Assinatura do Termo de Convênio nº 051/2012 entre a Agesan e o município de Timbó Grande, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Bandeirante	Assinatura do Termo de Convênio nº 052/2012 entre a Agesan e o município de Bandeirante, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Jaguaruna	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 093/2012 entre a Agesan e o município de Jaguaruna, com vigência de 1 ano.
Protocolo de Adesão com o município de Flor do Sertão	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 107/2012 entre a Agesan e o município de Flor do Sertão, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Major Vieira	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 113/2012 entre a Agesan e o município de Major Vieira, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Araquari	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 120/2012 entre a Agesan e o município de Araquari, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Araranguá	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 076/2012 entre a Agesan e o município de Araranguá, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Treviso	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 095/2012 entre a Agesan e o município de Treviso, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Florianópolis	Assinatura do Termo de Convênio nº 051/2012 entre a Agesan e o município de Florianópolis, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Ouro	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 129/2012 entre a Agesan e o município de Ouro, com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Morro da Fumaça	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 130/2012 entre a Agesan e o município de Morro da Fumaça com vigência de 2 anos.
Protocolo de Adesão com o município de Cocal do Sul	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 131/2012 entre a Agesan e o município de Cocal do Sul, com vigência de 2 anos.
Convênio com o município de Belmonte	Assinatura do Termo de Convênio nº 205 /2012 entre a Agesan e o município de Belmonte, com vigência de 5 anos.



AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Protocolo de Adesão com o município de Balneário Arroio do Silva	Assinatura do Termo de Protocolo de Adesão nº 216/2012 entre a Agesan e o município de Balneário Arroio do Silva, com vigência de 2 anos.
Fiscalização Emergencial	Fiscalização de emergência no município de Angelina no Sistema de Abastecimento de Água após solicitação da Prefeitura.
Fiscalização Emergencial	Fiscalização de emergência no município de Palhoça, devido ao rompimento de duas adutoras comprometendo o abastecimento de água na região da Grande Florianópolis.
Fiscalização Emergencial	Fiscalização em atendimento de emergência à Greve do Lixo em Biguaçu, realizada pela empresa Proactiva Meio Ambiente Brasil. Na oportunidade, a Agesan solicitou a apresentação de um Plano de Emergência devido à greve dos funcionários da empresa.
Fiscalização Emergencial	Solicitação à CASAN da elaboração de um Plano Emergencial e de Contingência para os casos de paralisações do fornecimento de água, decorrentes de casos fortuitos ou força maior, com o objetivo de minimizar o problema da Grande Florianópolis durante a temporada de verão. O Plano foi apresentado no início de dezembro/2011.
Ações de Fiscalização no Município	Biguaçu – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Antônio Carlos – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Garopaba – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Águas Mornas – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Angelina – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Santo Amaro da Imperatriz – Revisita Técnica de acompanhamento, com objetivo de verificar as recomendações solicitadas na visita realizada em 27/04/2012.
Ações de Fiscalização no Município	São Martinho – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Ações de Fiscalização no Município	Alfredo Wagner – Revisita Técnica de acompanhamento, com objetivo de verificar as recomendações solicitadas.
Ações de Fiscalização no Município	Balneário Gaivota – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Ponte Alta – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Laborá – Revisita Técnica de acompanhamento, com objetivo de verificar as recomendações solicitadas.
Ações de Fiscalização no Município	Catanduvas – Revisita Técnica de acompanhamento, com objetivo de verificar as recomendações solicitadas.
Ações de Fiscalização no Município	Santo Amaro da Imperatriz/Biguaçu – Visita Técnica em conjunto com o Laboratório Credenciado para coleta de amostras de água e efluente, em pontos sorteados aleatoriamente nos dois municípios, com o objetivo de verificar a qualidade da água na captação, distribuição, reservatórios, estações de tratamento e consumidor final.
Ações de Fiscalização no Município	Armazém – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Xaxim – Visita Técnica em conjunto com o Laboratório Credenciado para coleta de amostras de água e efluente, em pontos sorteados aleatoriamente nos dois municípios, com o objetivo de verificar a qualidade da água na captação, distribuição, reservatórios, estações de tratamento e consumidor final.
Ações de Fiscalização no Município	Xaxim – Revisita Técnica de acompanhamento, com objetivo de verificar as recomendações solicitadas.
Ações de Fiscalização no Município	Vargem Bonita – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Zortéa – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Maravilha – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Santa Helena – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

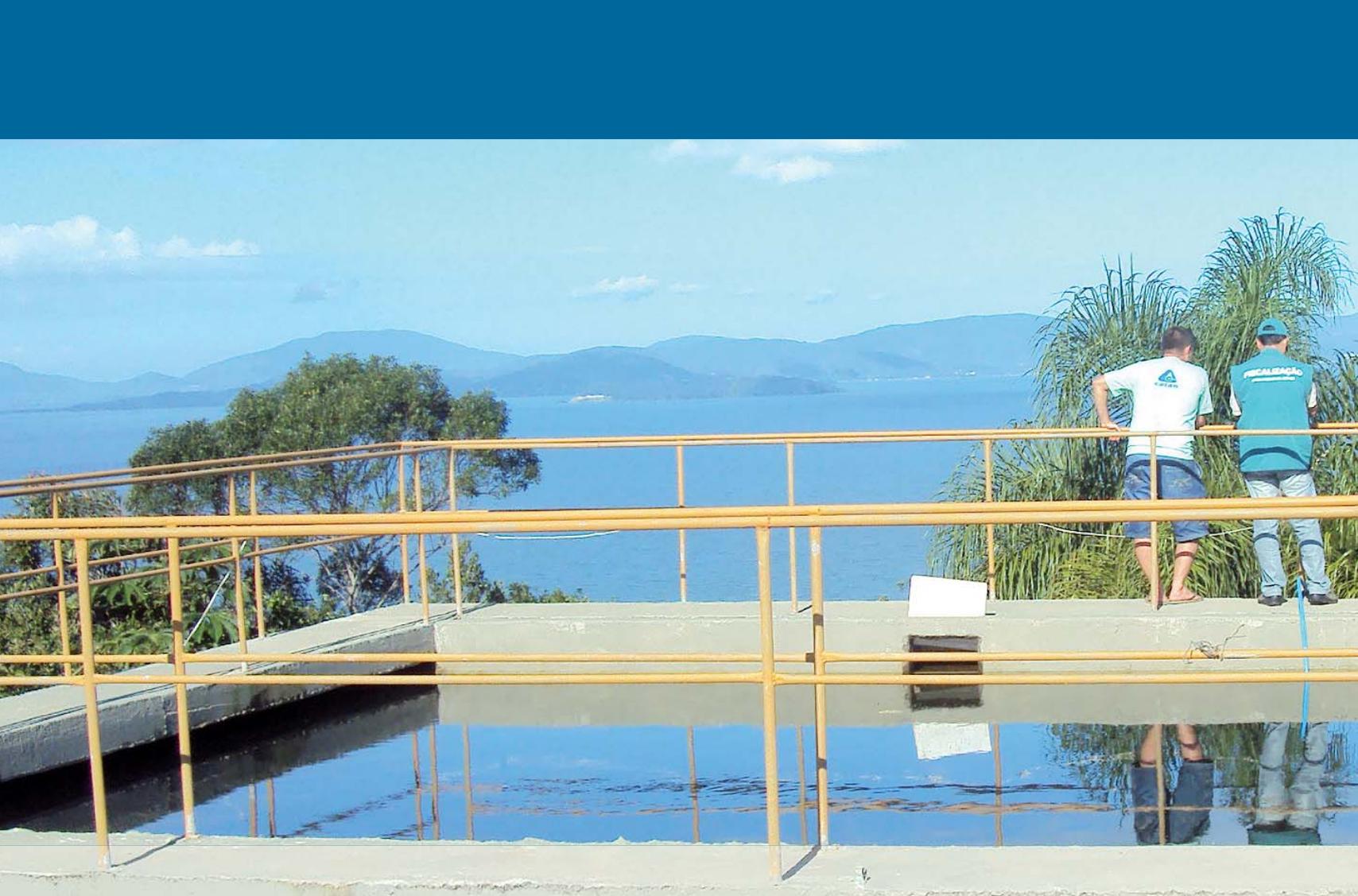
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Fiscalização Emergencial	Fiscalização de emergência, no município de Urubici, no Sistema de Resíduos Sólidos, por solicitação da Prefeitura.
Fiscalização Emergencial	Fiscalização de emergência, no município de Biguaçu, no Sistema de Abastecimento de água e Esgoto, por solicitação da Prefeitura.
Ações de Fiscalização no Município	Urubici – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Bom Jardim da Serra – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	São Joaquim – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Imbituba – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Laguna – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Florianópolis – Visita Técnica Inicial às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A visita foi realizada em conjunto com o Laboratório Credenciado para coleta de amostras de água e efluente, com o objetivo de verificar a qualidade da água na captação, reservatórios e estações de tratamento.
Ações de Fiscalização no Município	Treviso – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Curitibanos – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	São José do Cedro – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Descanso – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Belmonte – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Ações de Fiscalização no Município	Bandeirante – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Riqueza – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Campo Erê – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Palma Sola – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Santa Helena – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Praia Grande – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Fiscalização Emergencial	Fiscalização de emergência, no município de Balneário Barra do Sul, no Sistema de Abastecimento de água e Esgoto, com o objetivo de verificar a conclusão de obras.
Ações de Fiscalização no Município	Imbituba – Segunda Visita Técnica de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Ibiam – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Timbó Grande – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Treze Tílias – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Campo Alegre – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Ibicaré – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Laguna – Acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



AÇÃO	DESCRIÇÃO DA(S) MEDIDA(S)
Ações de Fiscalização no Município	Araquari – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Fiscalização Emergencial	Fiscalização emergencial, no município de Florianópolis, no Sistema de Elevatórias.
Ações de Fiscalização no Município	São Domingos – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Tijucas – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização no Município	Flor do Sertão – Visita Técnica Inicial de acompanhamento às estruturas da concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Ações de Fiscalização Emergencial	Proactiva – Notificação à empresa de resíduos.
Regulação – Resoluções	Resolução Agesan nº 015 – dispõe sobre a alteração da Resolução Agesan nº 006/2011, que estabelece o cálculo, a cobrança e o recolhimento da Taxa de Fiscalização (TF) dos prestadores de serviços de saneamento básico, instituída pela Lei Complementar nº 484/2010. Publicação no DOE no dia 14/03/2012.
Regulação – Resoluções	Resolução Agesan nº 016 – estabelece reajuste para as tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, em 2012. Publicação no DOE no dia 10/04/2012.
Regulação – Resoluções	Resolução Agesan nº 017 – dispõe sobre os procedimentos guias a serem seguidos pela Agesan para determinar os pontos de coleta, o número de amostras e os parâmetros a serem analisados nas fiscalizações programadas da qualidade da água para consumo humano e do esgoto. Publicação no DOE no dia 13/08/2012.
Reunião Superintendências Regionais CASAN	Apresentação do modelo de relatório às Superintendências Regionais de Criciúma, Chapecó, Rio do Sul e Florianópolis.





3 Saneamento básico



3.1 Atuação da Agência

Com base na Lei Complementar nº 484 de 4 de janeiro de 2010, a Agesan atua na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, na qual envolve:

- Abastecimento de água potável;
- Coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- Manejo de resíduos sólidos; e
- Limpeza urbana e drenagem urbana pluvial.

Em torno disso, a Agesan mantém uma parceria, por meio de convênio, com os municípios, buscando servir a sociedade catarinense, mediando os interesses dos usuários, do município e da concessionária.



3.2 Normatização

Em 2010, a Agesan se estruturou com a formulação de 2 (duas) resoluções referentes aos procedimentos para consulta pública e ao regimento interno da Agência. Foi em 2011 que a Agesan iniciou, com vistas a melhorar

e a aperfeiçoar a normatização de suas ações, a formalização de novas resoluções, 9 (nove) no total, o que tornou possível viabilizar as visitas técnicas.

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO
Resolução Agesan 001/2010	Dispõe sobre o procedimento para Consulta Pública realizada pela Agesan.	08/11/2010
Resolução Agesan 002/2010	Aprova o regimento interno e a estrutura organizacional da Agesan.	08/11/2010
Resolução Agesan 003/2011	Estabelece reajuste para as tarifas dos serviços públicos e de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CASAN.	28/03/2011
Resolução Agesan 004/2011	Estabelece as condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	04/04/2011
Resolução Agesan 005/2011	Dispõe sobre o procedimento para envio de informações e documentos pelas empresas prestadoras de serviços de saneamento básico, relativos à celebração de convênios de cooperação e contratos de programa ou de concessão cujas competências de regulação e/ou fiscalização tenham sido atribuídas à Agesan, nos termos da Lei Federal n.º 11.107/05.	05/04/2011
Resolução Agesan 006/2011	Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento da Taxa Fiscalização (TF_ dos prestadores de serviços de saneamento básico, instituída pela Lei Complementar n.º 484/2010.	05/04/2011
Resolução Agesan 007/2011	Dispõe sobre a competência e os procedimentos de fiscalização da Agesan de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina.	05/04/2011
Resolução Agesan 008/2011	Dispõe sobre mecanismos e procedimentos para execução dos planos de saneamento básico pelos prestadores de serviços, relativos aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e verificação do seu cumprimento pela Agesan.	26/05/2011
Resolução Agesan 009/2011	REVOGADA.	08/11/2011

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO
Resolução Agesan 010/2011	Estabelece condições técnico-operacionais e procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços públicos, pelas Prestadoras de Serviços Públicos de Gestão de Resíduos Sólidos, em todo Estado de Santa Catarina e onde a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – Agesan – atuar.	13/10/2011
Resolução Agesan 011/2011	Estabelece condições técnico-operacionais e procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, pelas Prestadoras de Serviços de Abastecimento de Água Potável e as de Esgotamento Sanitário, em todo Estado de Santa Catarina e onde a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – Agesan – atuar.	13/10/2011
Resolução Agesan 012/2011	Disciplina a qualidade da água e dos esgotos na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	13/10/2011
Resolução Agesan 013/2012	Estabelece as condições gerais para a prestação e utilização dos serviços públicos de resíduos sólidos.	14/03/2012
Resolução Agesan 015/2012	Dispõe sobre a alteração da Resolução Agesan nº 006/2011 que estabelece o cálculo, a cobrança e o recolhimento da Taxa de Fiscalização (TF) dos prestadores de serviços de saneamento básico, instituída pela Lei Complementar nº 484/2010.	14/03/2012
Resolução Agesan 016/2012	Estabelece reajuste para as tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN – em 2012.	10/04/2012
Resolução Agesan 017/2012	Dispõe sobre os procedimentos guias a serem seguidos pela Agesan para determinar os pontos de coleta, o número de amostras e os parâmetros a serem analisados nas fiscalizações programadas da qualidade da água para consumo humano e do esgoto.	13/08/2012

3.3 Fiscalização

Em 2012 a Diretoria de Regulação e Fiscalização – DREF, através da Gerência de Fiscalização – GEFIS, deu continuidade às atividades de Visitas Técnicas aos municípios conveniados. O principal objetivo foi atender as demandas advindas dos novos contratos, a fim de conhecer os sistemas existentes relacionados ao Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitários, sendo os municípios visitados: Garopaba, Águas Mornas, Angelina, São Martinho, Balneário Gaivota, Ponte Alta, Vargem Bonita, Armazém, Araranguá, Treviso, Curitibaanos, Florianópolis, São José do Cedro, Descanso, Belmonte, Bandeirante, Riqueza, Santa Helena, Campo Erê, Palma Sola, Praia Grande, Treze Tílias, Ibicaré, Ibiã, Brunópolis, Timbó Grande, Araquari, Campo Alegre, Tijucas, Flor do Sertão, São Domingos e Campos Novos.

Para as visitas de acompanhamentos de 2012, os municípios foram: Santo Amaro da Imperatriz, Alfredo Wagner, Jaborá, Catanduvas, Xaxim, Bom Jardim da Serra, São Joaquim, Urubici, Imbituba, Laguna e Rio Fortuna. Nas visitas emergenciais/eventuais foram: Biguaçu, Balneário Barra do Sul, Urubici, Imbituba, Florianópolis. A equipe também esteve presente nas obras do Sistema de Água e Esgoto dos respectivos municípios: São Domingos, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Angelina, Antônio Carlos, Descanso, Bandeirante e São Miguel do Oeste.

Foram realizadas, também, diligências às empresas concessionárias de Resíduos Sólidos, objetivando obter os contratos assinados entre essas e os municípios, a fim de sistematizá-los e iniciar a efetiva regulação do setor com as empresas/municípios: Proactiva – Biguaçu; Serrana – Laguna; Santech – Içara; Preservale – Araranguá; Consórcio Intermunicipal da Região Sul – Urussanga; CRI – Xaxim; Ambiental – Balneário Camboriú e Joinville; Hera Sul – Rio Negrinho; Serni – Iporã do Oeste; Tucano – Maravilha; C.W. – Bom Jesus do Oeste; COINCO – Curitibaanos; Blumeterra – Otacílio Costa.

3.3.1 Fiscalização da qualidade da água e do esgoto

No ano de 2012, a Agesan iniciou a fiscalização da qualidade da água fornecida e do esgoto tratado pelas concessionárias com a publicação da Resolução Agesan 017/2012. O objetivo dessa ação de fiscalização é realizar um diagnóstico das condições técnicas e operacionais e determinar o grau de conformidade do sistema auditado, levando-se em consideração os requisitos de qualidade que o serviço deve oferecer, em concordância com o arcabouço legal, dando ênfase àquelas normas expedidas pela Agesan. A metodologia para desenvolvimento dessa ação de fiscalização compreende procedimentos de coleta de amostras de água e esgoto em diferentes pontos do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esse serviço é realizado pelos laboratórios credenciados com a Agência, os quais emitem laudos com os resultados das análises, que possibilitam a geração de um relatório com a interpretação desses resultados pela equipe da Agesan.

As amostras para avaliar a qualidade da água podem ser coletadas em quatro pontos do sistema de abastecimento: na captação (água bruta); na saída da estação de tratamento de água ou casa de química (água tratada); nos reservatórios de água tratada; e na rede de distribuição. Para cada parâmetro analisado, são comparados os resultados com os valores de referência da legislação vigente do Ministério da Saúde (Portaria 2.914/2011).

As amostras para avaliar a qualidade do esgoto pode ser coletadas em três pontos de cada estação de tratamento: na entrada (efluente bruto); na saída (efluente tratado) e no ponto de lançamento do corpo receptor (zona de mistura). Cada parâmetro analisado é comparado com os valores de referência das legislações vigentes (Decreto Estadual nº 14.675 e Resolução CONAMA nº 357 e 430).

3.4 Tabelas

A tabela abaixo descreve as visitas técnicas e emergências realizadas em 2012.

Processo Agesan nº	Descrição	Tipo	Data Visita	TN	Relatório nº
0008/2012	Visita Técnica	Emergencial	26/01/2012	0032/2012	GEFIS 0039/2012
0081/2012	Visita Técnica	Inicial	13/02/2012	0033/2012	GEFIS 0040/2012
0082/2012	Visita Técnica	Inicial	16/02/2012	0034/2012	GEFIS 0041/2012
0083/2012	Visita Técnica	Inicial	13/04/2012	0035/2012	GEFIS 0035/2012
0084/2012	Visita Técnica	Inicial	13/04/2012	0036/2012	GEFIS 0036/2012
0085/2012	Visita Técnica	Inicial	07/04/2012	0037/2012	GEFIS 0037/2012
0086/2012	Visita Técnica	Inicial	13/04/2012	0038/2012	GEFIS 0038/2012
0087/2012	Visita Técnica	Inicial	28/03/2012	0039/2011	GEFIS 0039/2012
0088/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	16/04/2012	0040/2012	GEFIS 0001/2012
0089/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	16/04/2012	0041/2012	GEFIS 0002/2012
0090/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	16/04/2012	0042/2012	GEFIS 0003/2012
0091/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	14 e 15/03/2012	0043/2012	GEFIS 0004/2012
0092/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	27/03/2012	0044/2012	GEFIS 0005/2012
0103/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	23/04/2012	0045/2012	GEFIS 0006/2012
0104/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	25/04/2012	0046/2012	GEFIS 0007/2012
0115/2012	Visita Técnica	Emergencial	21/05/2012	0047/2012	GEFIS 0001/2012
0117/2012	Visita Técnica	Inicial	22/05/2012	0048/2012	GEFIS 0040/2012
0118/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	23/05/2012	0049/2012	GEFIS 0008/2012
0136/2012	Visita Técnica	Emergencial	25/07/2012	0050/2012	GEFIS 0000/0000
0142/2012	Visita Técnica	Inicial	04/06/2012	0051/2012	GEFIS 0041/2012
0143/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	05/06/2012	0052/2012	GEFIS 0009/2012
0144/2012	Visita Técnica	Inicial	06/06/2012	0053/2012	GEFIS 0042/2012
0146/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	14/06/2012	0054/2012	GEFIS 0010/2012
0145/2012	Visita Técnica	Inicial	20/06/2012	0055/2012	GEFIS 0045/2012
0136/2012	Visita Técnica	Emergencial	25/07/2012	0056/2012	GEFIS 0000/0000
0176/2012	Visita Técnica	Elevatórias	23/07 a 14/11/2012	0057/2012	GEFIS 0044/2012
0175/2012	Visita Técnica	Inicial	01/10/2012	0058/2012	GEFIS 0045/2012
0177/2012	Visita Técnica	Inicial	29/12/2012	0059/2012	GEFIS 0046/2012
0178/2012	Visita Técnica	Inicial	29/08/2012	0060/2012	GEFIS 0047/2012
0179/2012	Visita Técnica	Inicial	11/09/2012	0061/2012	GEFIS 0048/2012
0180/2012	Visita Técnica	Inicial	12/09/2012	0062/2012	GEFIS 0050/2012
0181/2012	Visita Técnica	Inicial	12/09/2012	0063/2012	GEFIS 0051/2012
0182/2012	Visita Técnica	Inicial	11/09/2012	0064/2012	GEFIS 0049/2012
0185/2012	Visita Técnica	Inicial	25/09/2012	0065/2012	GEFIS 0052/2012
0188/2012	Visita Técnica	Eventual	21/09/2012	0066/2012	GEFIS 0003/2012
0187/2012	Visita Técnica	Emergencial	27/09/2012	0067/2012	GEFIS 0004/2012

Processo Agesan nº	Descrição	Tipo	Data Visita	TN	Relatório nº
0196/2012	Visita Técnica	Inicial	24/10/2012	0068/2012	GEFIS 0005/2012
0197/2012	Visita Técnica	Inicial	25/10/2012	0069/2012	GEFIS 0057/2012
0194/2012	Visita Técnica	Inicial	23/10/2012	0070/2012	GEFIS 0053/2012
0195/2012	Visita Técnica	Inicial	23/10/2012	0071/2012	GEFIS 0054/2012
0200/2012	Visita Técnica	Acompanhamento	14/06 e 11/10/2012	0072/2012	GEFIS 0010/2012
0201/2012	Visita Técnica	Inicial	06/11/2012	0073/2012	GEFIS 0058/2012
0176/2012	Visita Técnica	Elevatórias	23/07 a 05/09/2012	0075/2012	GEFIS 0044/2012
0202/2012	Visita Técnica	Inicial	07/11/2012	0076/2012	GEFIS 0059/2012
0207/2012	Visita Técnica	Inicial	21/11/2012	0077/2012	GEFIS 0062/2012
0213/2012	Visita Técnica	Inicial	20/11/2012	0078/2012	GEFIS 0061/2012
0214/2012	Visita Técnica	Inicial	09/11/2012	0079/2012	GEFIS 0060/2012

Porcentagem de conformidades e não conformidades constatadas nas fiscalizações realizadas, no ano de 2012, nos diversos segmentos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Área	Conformidade (%)	Não conformidade (%)
Mananciais/captações	54	46
Estação de Tratamento de Água	71	29
Reservatórios	53	47
Rede de distribuição	62	38
Estrutura física e recursos humanos	84	16
Estação de Tratamento de Esgoto	65	35

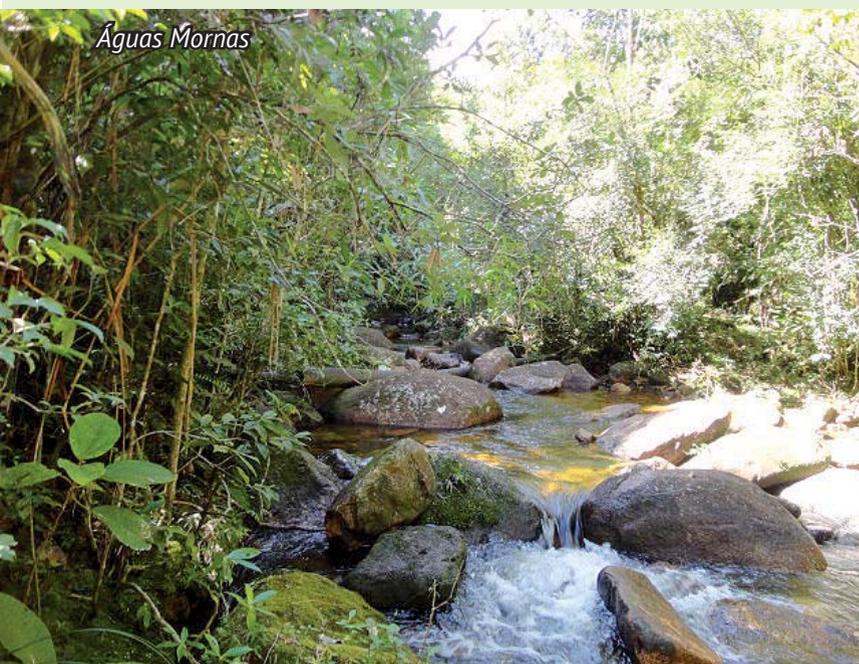
Nota: toda não conformidade constatada gera uma recomendação apresentada no relatório de fiscalização.

3.5 Resultados e evolução

Em 2012, estavam previstas as visitas de acompanhamento, entretanto, apenas 12 foram realizadas, tendo em vista o crescimento do número de municípios conveniados, que ultrapassou a casa dos cem. Foram emitidos dezenas de Termos de Notificação, nos quais constaram

as recomendações para que as concessionárias tomassem as providências no sentido de otimizar as condições dos serviços prestados. Diversas melhorias na gestão operacional, comercial e patrimonial foram sugeridas e as mesmas serão acompanhadas ao longo dos próximos anos. Os documentos em que essas informações podem ser obtidas são os Relatórios de Fiscalização, disponibilizados no *site* da AGESAN.

Fiscalizações Operacionais



Águas Mornas



Bandeirantes



Laguna



Otaclio Costa

Captações

Vargem Bonita



Palma Sola



Pilões



Santa Cecília



Ponte Alta





Araquari



Erval velho



Frei Rogério



Garopaba

Estações de Tratamento de Água – ETA



Reservatórios



Escritórios

Angelina



Curitibanos



Balneário Camboriú



Itajaí



Lacerdópolis



Maracajá



 **Almoxarifados e Equipamentos**



Laboratórios

Araranguá



Balneário Gaivota



Descanso



São Miguel do Oeste



 Casas de Bombas



Casas de Química



Estações de Tratamento de Esgoto – ETE



Estações de Recalque de Água Tratada – ERAT

São Domingos



Tangará



Tunápolis



Estações Elevatória de Esgoto – EEE

São José



Florianópolis



Estações de Recalque de Água Bruta – ERAB



 Fiscalizações da qualidade da água



 Fiscalizações da qualidade de esgoto



Balneario Camborítú



Florianópolis



Florianópolis (Canasvieiras)

3.6 Credenciamento de Laboratórios

Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Agesan realizou procedimentos que têm por objeto credenciar pessoas jurídicas, para prestarem serviços de coleta, realização e distribuição de laudo de análise físico-química e microbiológica de água e efluentes, relacionados no Anexo I deste edital, para a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina.



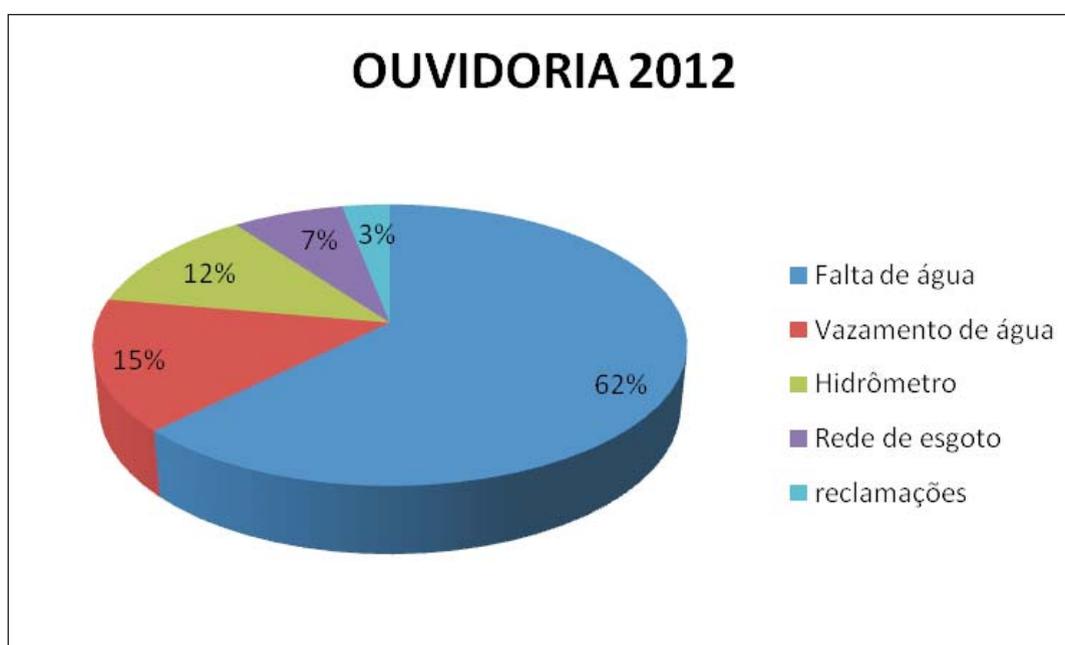
3.7 Ouvidoria

Este canal é responsável por receber, encaminhar e solucionar manifestações dos agentes envolvidos na prestação e utilização dos serviços públicos de saneamento básico, principalmente dos usuários, visando ao aperfeiçoamento institucional e à qualidade dos serviços prestados.

Em 2012, a Agência ofereceu uma estrutura de ouvidoria, através do 0800 6448500, canal do estado res-

ponsável por repassar as reclamações, com prazo de 3 dias para respostas. Em meados do mês de junho, a Agesan deixou de usar o 0800 e passou a usar somente o (48) 3665-4350, telefone de referência da Ouvidoria.

No ano de 2012, a falta de água foi um dos maiores índices de reclamação dos usuários, conforme gráfico abaixo.



3.8 Atividades

3.8.1 Encontro de capacitação

Buscando contribuir com soluções de problemas localizados e na melhoria da qualidade dos serviços na área de Saneamento Básico, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básicos do Estado de Santa Catarina – Agesan – realizou, durante o período de abril a julho de 2012, encontros de capacitação nas 10 (dez) regiões

hidrográficas de Santa Catarina (RH 1 – Extremo Oeste; RH 2 – Meio Oeste; RH 3 – Vale do Rio do Peixe; RH 4 – Planalto de Lages; RH5 – Planalto de Canoinhas; RH 6 –Baixada Norte; RH 7 – Vale do Itajaí; RH 8 – Litoral Centro; RH 9 – Sul Catarinense; RH 10 – Extremo Sul). Tiveram como objetivo disseminar conhecimentos e informações através de palestras e debates aos gestores públicos e representantes da sociedade civil organizada, induzindo também a formação de replicadores.

Os eventos foram realizados em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento (SPG), Secretaria



de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e com todas as Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs), que contribuíram para uma melhor economia e dinâmica dos trabalhos.

Houve palestras no período matutino e dois painéis de debates no período vespertino. Os temas debatidos foram: serviços de abastecimento de água potável, serviços de esgotamento sanitário, serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, principais problemas nos serviços de saneamento básico na Região Hidrográfica pertinente e propostas para soluções.

Entre os palestrantes estiveram representantes do Consórcio Intermunicipal do Contestado (COINCO), Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Fundação Jaguarense de Meio Ambiente (FUJAMA) e ECOVALE – Tratamento de Resíduo Urbano.

Estiveram presentes nos painéis de discussão representantes de órgãos financiadores como FUNASA, BADESC e CAIXA e os órgãos governamentais Secretaria de Estado da Saúde - Diretoria de Vigilância Sanitária, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável – Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente e Ministério das Cidades. A participação dos citados órgãos possibilitou a ampliação de canais de diálogo com a sociedade civil e o poder público, com ações voltadas à melhoria da qualidade ambiental no Estado de Santa Catarina.

Os participantes foram convidados pelas SDRs através de convites impressos, e-mails e telefonemas. O público alvo foi composto por técnicos e servidores municipais e estaduais na área de saneamento básico, meio ambiente, planejamento e urbanismo, servidores da EPA-GRI e Vigilância Sanitária, entidades e fundações públicas, sociedade civil, líderes comunitários e associações municipais, entre outros.

Coube à Agesan a coordenação geral dos encontros e também a responsabilidade de convidar todos os palestrantes.

Aspectos positivos

- Interesse dos órgãos financiadores de ampliar projetos de fomento na área de saneamento básico;
- Participação e empenho das equipes das SDRs sedes dos encontros, proporcionando espaços adequados e receptividade servindo ótimos *coffee-breaks*;
- Envolvimento da Equipe da Agesan;
- Conteúdos dos palestrantes de ótima qualidade, demonstrado pelo interesse e participação do público presente;
- Os painéis de debates foram bem aproveitados e apresentados
- Divulgação dos encontros através da mídia em quase todas as regiões;
- Presença do público convidado dentro das expectativas
- Disponibilidade dos palestrantes;
- Material distribuído pela Agesan

Aspectos negativos

- Estratégia de convidar as pessoas da área;
- Dificuldade de retorno dos agentes externos envolvidos com a Agesan;
- Datas de encontros coincidiram com eventos externos e internos.

Vimos com satisfação e dentro do previsto os resultados alcançados, em que estiveram envolvidas as 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regionais (SDRs), num total de 170 municípios com 747 participantes.

Podemos concluir que, ao apresentar temas na

área de saneamento básico, com experiências práticas, políticas sobre o setor e as estruturas de regulação aos municípios, estamos indo ao encontro do aperfeiçoamento do ambiente regulatório setorial e na direção da melhoria na qualidade dos serviços de saneamento básico do Estado de Santa Catarina.



Resumo dos encontros

1º Encontro de Capacitação São José

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
03/04/2012	AEMFLO – São José	Grande Florianópolis, Itajaí e Brusque	10



2º Encontro de Capacitação Lages

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
24/04/2012	Associação Empresarial Lageana – Lages	Lages e São Joaquim	09



3º Encontro de Capacitação **Ituporanga**

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
26/04/2012	Escola Estadual Básica Aleixo Delagiustina – Ituporanga	Ituporanga, Rio do Sul, Taió e Ibirama	15



4º Encontro de Capacitação São Miguel do Oeste

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
08/05/2012	Auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina – São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste, Itapiranga, Dionísio Cerqueira, Maravilha e Palmitos	25



5º Encontro de Capacitação **Xanxerê**

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
10/05/2012	Plenário da Câmara de Vereadores – Xanxerê	Xanxerê, São Lourenço do Oeste, Quilombo e Chapecó	17



6º Encontro de Capacitação Jaraguá do Sul

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
16/05/2012	Auditório do SESC – Jaraguá do Sul	Joinville, Mafra, Timbó, Blumenau e Canoinhas	28



7º Encontro de Capacitação Joaçaba

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
19/06/2012	Auditório Jurídico da UNOESC – Joaçaba	Joaçaba, Concórdia e Seara	16



8º Encontro de Capacitação Curitibanos

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
21/06/2012	Auditório da CDL – Curitibanos	Curitibanos, Videira, Campos Novos e Caçador	13



9º Encontro de Capacitação Criciúma

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
10/07/2012	Auditório da SDR Criciúma	Araranguá e Criciúma	16



10º Encontro de Capacitação Laguna

Data	Sede	SDRs participantes	Nº de municípios participantes
11/07/2012	Auditório do Centro de Educação Superior da Região Sul – Laguna	Laguna, tubarão e Braço do Norte	10





Palestrantes colaboradores:

Edmundo Fernandes

Vice Presidente da Regional da ABAR

Assunto: Regulação e Controle Social

Sérgio José Grando

Diretor Geral da Agesan

Assunto: Atuação da Agência Reguladora

Lúcia Dagnelo

Secretária Adjunta da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Assunto: Política Estadual de Saneamento Básico

César Pompêo

Professor do Departamento de Eng. Sanitária e

Ambiental da UFSC

Assunto: Drenagem Áreas Urbanas

Marco Antônio Koerich de Azambuja

Diretor Jurídico da Agesan

Assunto: Legislação na Área do Saneamento Básico

Valdir Angelo Tagliari

Diretor Executivo COINCO

Assunto: Experiência Exitosa de Consórcio Público de Resíduos Sólidos

José Luiz Rostindo

Diretor Comercial da ECO VALE

Assunto: Transformação de Resíduos Sólidos

Maria Paula Casagrande Marimon

Professora do Departamento de Geologia da UDESC

Assunto: Recursos Hídricos e Saneamento – Planejamento por Bacias Hidrográficas

Larissa Tagliari

Eng. Ambiental

Assunto: Visão das Agências na Regulação e Fiscalização dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Gilza Maria de Souza Franco

Professora de Ecossistemas Aquáticos Continentais da UNOESC

Assunto: Monitoramento e Qualidade da Água: Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina

Cristiane Casini

Coordenadora Jurídica da Fundação Jaraguense de meio Ambiente - FUJAMA

Assunto: Políticas Públicas Integradas e a Sustentabilidade da Gestão de Serviços de Saneamento Básico

Colaboradores do painel de discussões:

- Alex Fabiano Ribeiro Magalhães – Ministério das Cidades
- Sílvio César dos Santos Rosa – Agesan
- Marco Antônio Koerich de Azambuja – Agesan
- JatyrFristch Borges – Agesan
- José Ricardo Ghanem – BADESC
- Nilson Santiago – BADESC
- José Luciano da Silva – BADESC
- Margarete De Marchi – BADESC
- Carlos Adriano Liebl – BADESC
- Wilson Westrupp – BADESC
- Leda Mara de Souza – CEF
- Valdonir Estivalet Teixeira – CEF
- Carlos Etor Averbeck – CEF
- Adelor João Getter – CEF
- Nestor Pautz – CEF
- Renato Francisco Savaris – CEF
- Adenor Piovesan – FUNASA
- Milton Tadashi Shiratori – FUNASA
- Sinara Rodrigues – FUNASA
- Daniel Ribeiro Casarin – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Thays Saretta Sulzbach – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Margaret Grando – Vigilância Sanitária Estadual
- Michele Telles – Vigilância Sanitária Estadual
- Valdemar Amaral Silva – Vigilância Sanitária Municipal de Herval D'Oeste

Equipe organizadora

Coordenação:

- Ana Paula Milanez Dagostin
- Cassio Moraes Schambeck
- Karin Walli Gazelle Burda Pereira
- Márcia Menezes da Silva Soncini

3.8.2 Projeto Sujismundo

Segundo a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente nº 9.795, de abril de 1999, que menciona: “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (art. 2º).

Mediante essa política da educação ambiental, a Agesan foi convidada para participar da elaboração do Projeto Sujismundo, a fim de identificar a possibilidade de contribuir para a educação ambiental não formal do público infantil, indo ao encontro dos objetivos no âmbito da educação ambiental.

Sujismundo é um personagem criado na década de 70 pelo animador e ilustrador Ruy Perotti (atualmente é de propriedade de Guilherme Alvernaz), que mora em uma vila no meio de uma grande cidade, sua casa destaca-se das outras por ser sempre desarrumada, com lixo na porta, janelas quebradas e um jardim muito mal cuidado. Sujismundo é porcalhão inveterado e inconsequente, mas ao mesmo tempo simpático e divertido e, além disso,

sem noções de ecologia e sustentabilidade.

A trama é baseada no conceito da série original dos anos 70, que une humor e conteúdo; os episódios terão outros personagens de apoio que interagem com Sujismundo, ajudando-o a entender o conceito de cada situação.

O público-alvo serão os jovens estudantes das escolas públicas e privadas na região da Grande Florianópolis, cursando do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, objetivando mudança de comportamento, sensibilizando-os a desenvolverem uma cultura consciente sobre os problemas ambientais no seu cotidiano.

Os participantes são: Agesan (SC), BPW Grande Florianópolis, Ministério Público (SC), Restaurante Central, CDL Florianópolis, Secretaria de Estado da Educação (SED), Câmara Socioambiental AEMFLO/CDL/São José, Trípade Consultores Associados, PenseGreen, Vox Mark Assessoria e Consultoria em Propriedade Intelectual, Instituto BIR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS.



3.8.3 Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico em Santa Catarina 2012

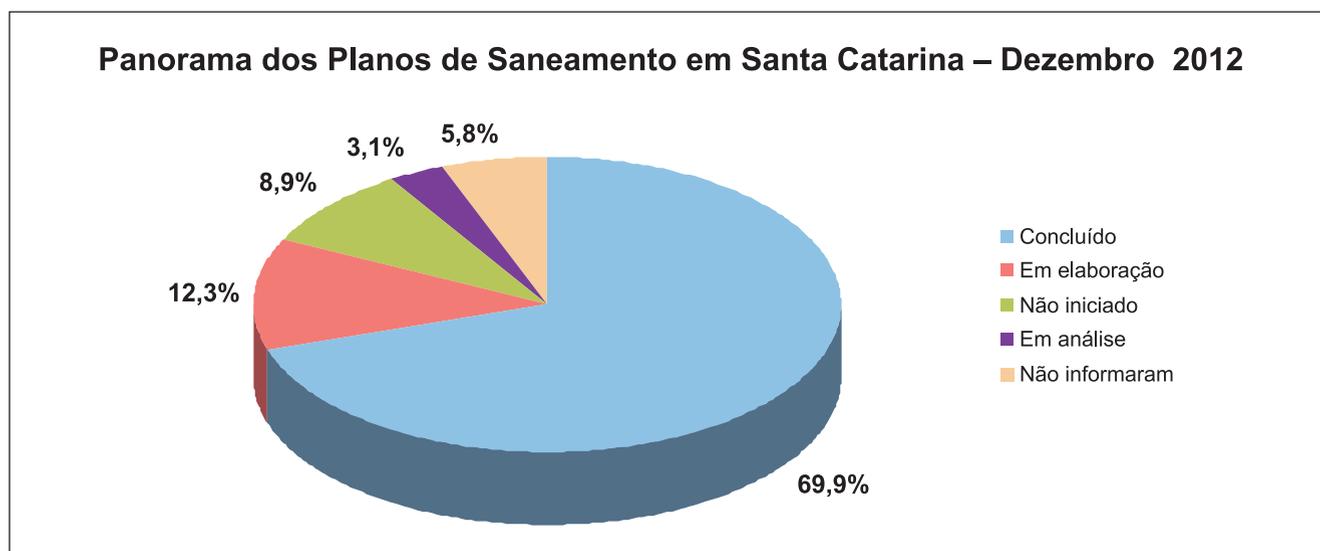
Com o advento do marco regulatório em saneamento, cravado pela Lei Federal nº 11.445 de 2007, os municípios de todo o território brasileiro foram confrontados com uma nova realidade que os obrigou a tomar medidas reais em relação ao setor de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos. Dentre essas medidas, a mais comentada e urgente foi a necessidade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Tais planos englobam diagnóstico, objetivos, programas, projetos, ações e mecanismos de avaliação dos pilares que compõem o saneamento. De todos os estados da Federação, Santa Catarina desponta como um dos pioneiros e mais avançados em relação à implementação dos PMSB nos seus municípios. Com base em dados levantados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento

Básico do Estado de Santa Catarina (Agesan) e pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), foi possível traçar um panorama atualizado do andamento da implementação das prerrogativas da Lei nº 11.445 no estado.

Levando em consideração o universo total de todos os municípios catarinenses (Figura 1), 70% já possuem seu PMSB concluído. Se, além dos planos finalizados, forem computados os municípios que já deram o passo inicial para começar a implementação dos planos, ou seja, em análise e em elaboração, 85% já tomou alguma iniciativa concreta. Isso mostra que um número expressivo de entes membros do Estado de Santa Catarina se mobilizaram em relação ao preconizado pela legislação federal de saneamento.

Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina 293 Municípios – População Total: 6.383.286 habitantes			
PMSB	Municípios	%	População
Concluído	205	70,0	2.605.830
Em elaboração	36	12,3	1.233.473
Não iniciado	26	8,9	1.251.518
Em análise	9	3,1	741.357
Não informaram	17	5,8	551.108
TOTAL	293	100,00	6.383.286

Figura 1 – Panorama dos Planos de Saneamento em todos os municípios de Santa Catarina.

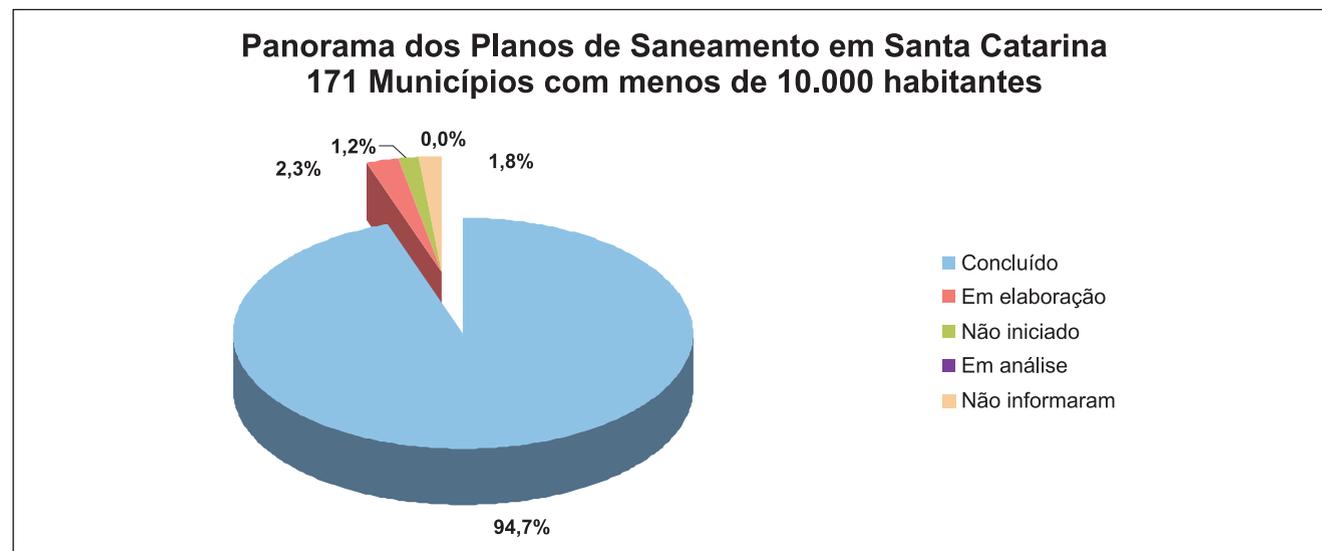


Uma nova análise foi feita dividindo os municípios catarinenses em dois grupos: aqueles com menos e aqueles com mais de dez mil habitantes. Diante desse critério, percebe-se claramente os diferentes estágios em que cada grupo se encontra em relação aos PMSB. Quase a totalidade dos municípios com menos de 10 mil habitantes (95%) estão

com seus planos concluídos (Figura 2). Esse ótimo indicador é possível de ter acontecido devido ao forte apoio dado a esses municípios pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), a qual contratou consultorias que fomentaram a implantação dos Planos nos municípios com população de até dez mil pessoas.

Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina 171 Municípios com menos de 10.000 habitantes			
PMSB	Municípios	%	População
Concluído	162	94,7	0
Em elaboração	4	2,3	0
Não iniciado	2	1,2	0
Em análise	0	0,0	0
Não informaram	3	1,8	0
TOTAL	171	100,00	0

Figura 2 – Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina nos 171 Municípios com menos de 10.000 habitantes.

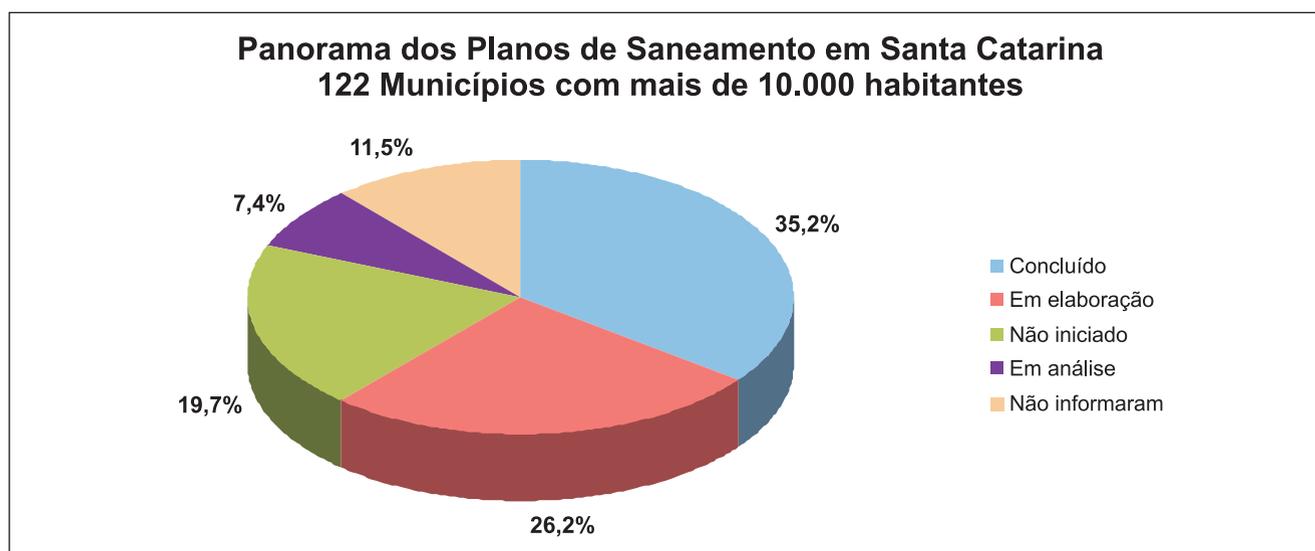


Nos municípios com mais de dez mil habitantes, um cenário diferente é apresentado (Figura 3). Os diferentes estágios de implementação dos PMSB são distribuídos em proporções menos discrepantes. Estão concluídos 35% dos planos, contrastando fortemente com

o observado nos municípios menores. Com isso, pode-se inferir como a ajuda externa de agentes públicos pode auxiliar de modo eficaz na consecução de resultados e colaborando para a universalização dos serviços de saneamento.

Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina 122 Municípios com mais de 10.000 habitantes			
PMSB	Municípios	%	População
Concluído	43	35,2	1.851.530
Em elaboração	32	26,2	1.212.938
Não iniciado	24	19,7	1.237.659
Em análise	9	7,4	741.357
Não informaram	14	11,5	538.332
TOTAL	122	100,00	5.581.816

Figura 3 – Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina nos 122 Municípios com mais de 10.000 habitantes.



Os PMSB são necessários para que a política de saneamento nos municípios seja implementada por completo. A Figura 4 expõe como se dá a distribuição da presença de lei municipal, conselho municipal de saneamento, fundo municipal de saneamento e agência reguladora em todos os municípios do estado e conforme a faixa de população.

Após as discussões com a comunidade, o PMSB deve ser apreciado pelos vereadores e aprovado pela Câmara Municipal, constituindo a lei municipal que guia o saneamento. Dos 293 municípios catarinenses, apenas 33 possuem o plano aprovado e atuante em forma de lei.

O controle social, ou seja, a participação dos

diferentes setores da sociedade, deve ser realizado nos municípios e esse é o papel do conselho municipal de saneamento. Em Santa Catarina, apenas 25 municípios possuem esse instrumento de participação do povo nas ações de saneamento.

Uma baixa quantidade de municípios também se repete no que se refere à presença de fundo municipal de saneamento. Apenas 19 municípios possuem o fundo, o qual tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência de recursos destinados ao desenvolvimento do saneamento.

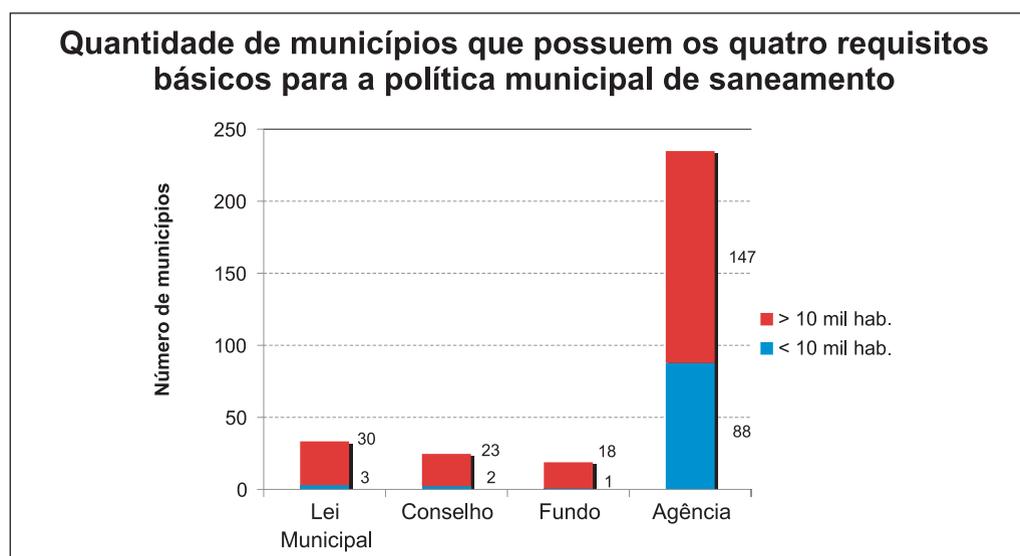
Em relação à presença de uma agência reguladora, 235 dos municípios catarinenses a possuem. Com

isso, verifica-se a atuação na regulação como o item com maior proporção em relação aos demais anteriormente expostos. Os objetivos da regulação são, sucintamente, estabelecer padrões e normas para prestação dos serviços de saneamento, acompanhar os PMSB, evitar o abuso de poder econômico e definir tarifas equilibradas.

Com relação aos dois grupos de municípios (com mais e menos de dez mil habitantes), observa-se que, nos com menos de dez mil habitantes a presença de lei, conselho e/ou fundo é baixíssima. Somente em relação à quantidade de municípios com agência reguladora esse número é mais razoável.

Requisitos	Dos 122 Municípios		Requisitos	Dos 171 Municípios	
	Possuem	Não possuem/ Não informaram		Possuem	Não possuem/ Não informaram
Lei Municipal	30	92	Lei Municipal	3	168
Conselho	23	99	Conselho	2	169
Fundo	18	104	Fundo	1	170
Agência	147	24	Agência	88	34

Figura 4 – Quantidade de municípios que possuem os quatro requisitos básicos para a política municipal de saneamento.



A Agesan continuará acompanhando os municípios na elaboração dos seus planos de saneamento. Para os municípios que elaboraram e aprovaram seus PMSB, o desafio é conciliar os planos com as assinaturas dos contratos de programa, pois o mesmo é a ferramenta fundamental para que se possa regular, fiscalizar e orientar os serviços de saneamento nos municípios conveniados, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação. A Agência participa da elaboração e supervisiona a implementação da Política Estadual de Saneamento

Básico, do Plano Estadual de Saneamento Básico e também elabora estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico. Além do citado até o momento, a Agência também realizou encontros de capacitação nas 10 regiões hidrográficas de Santa Catarina onde todos municípios da região foram convidados a receber palestras sobre saneamento e tirar possíveis dúvidas ligadas ao tema. Assim, a Agência segue com suas ações de incentivo à implantação dos PMSB, fundos e conselhos municipais.

3.8.4 Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú

Em 2012, a Agesan esteve presente em reuniões junto com o Grupo Gestor do Projeto de Produtor de Água do Rio Camboriú, que tem como objetivo promover a recuperação ambiental da bacia, proporcionando incentivos financeiros aos proprietários rurais que aderirem ao projeto. E a principal ação consiste na recuperação das áreas degradadas, incluindo matas ciliares, áreas de nascentes, encostas ou outras áreas sensíveis, além da proteção das áreas conservadas. Além da Secretaria de Meio Ambiente do município de Balneário

Camboriú, outras instituições também fazem parte desta parceria: Agência Nacional de Águas – ANA, Epagri/CIRAM, Prefeitura de Balneário Camboriú, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, Empresa Municipal de Água e Saneamento – EMASA, The Nature Conservancy do Brasil – TNC e BUNGE Natureza.

O grupo gestor do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú inicialmente foi formalizado conforme a Lei municipal nº 3.026 de 26/11/2009 e seu decreto regulamentador.



**Projeto Produtor de Água
do Rio Camboriú**

3.8.5 Outras atividades

Como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários de saneamento básico no Estado, a Agesan, em 2011, participou de seminários, cursos, congressos e de reuniões técnicas com representação, objetivando assim a qualificação de sua equipe, proporcionando melhorar a estrutura para as ações de regulação e fiscalização no decorrer do ano.

Representação da Agesan:

- 5ª Edição do Curso “Regulação Teoria e Prática” do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG/ ENAP de 03 a 06 de julho, em Brasília.
- I Seminário do Comitê Cubatão Sul, “Água: desafios e alternativas viáveis para a bacia hidrográfica do Rio Cubatão Sul”, em Santo Amaro da Imperatriz.
- Participações das reuniões das Câmaras Técnicas de Saneamento, da Associação Brasileira de Regulação – ABAR (CT- SAN).
- Câmara Técnica da série ISO 24510/24511 e 24512, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- I Seminário Latino-americano: Experiências Exitosas em Regulação, PRO-REG, Brasília.
- Painel para Discussão do Plano de Segurança da Água, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Brasília.
- 5º Workshop Internacional “SENAI Eletroeletrônica: Energias Renováveis”, em junho, Jaraguá do Sul.
- Capacitação Projeto Inventário Emissão de Gases de Efeito Estufa – GEE, Fundação Escola de Governo – ENA, em dezembro, Florianópolis.
- Encontro para regionalização da gestão dos resíduos sólidos no Estado de Santa Catarina, em Jaraguá do Sul, Chapecó e Caçador.
- Curso de LRF e Contabilidade Pública, em junho, Fundação Escola do Governo – ENA.
- 2º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos, em junho, Rio do Sul.



Comitê de Resíduos Sólidos

Comitê Regional da Grande Florianópolis de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído pelo decreto nº 1.125, de 14 de agosto de 2012, diretamente subordinado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis no âmbito de sua região de abrangência.

O Comitê Regional da Grande Florianópolis de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem por finalidade:

- I. Formular e implementar políticas de gerenciamento de resíduos sólidos municipais e regionais, nos municípios que compreendem a SDR da Grande Florianópolis, de acordo com a Lei no. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- II. Promover, em articulação com os setores governamentais, assim como o setor privado e organizações não governamentais, ações e programas de saneamento ambiental de acordo com a PNRS;
- III. Formular e implementar uma política de subsídio à gestão de resíduos e suas classificações e variações;
- IV. Planejar, regular, normatizar a gestão da aplicação de recursos em políticas de gerenciamento de resíduos;
- V. Participar ativamente na formulação das diretrizes gerais para conservação e implantação dos sistemas de coleta seletiva, centros de triagem bem como para adoção de novas técnicas inerentes ao assunto;
- VI. Promover ações e acordos de cooperação técnica com órgãos da administração pública estadual, municipal, federal, sociedades de economia mista, iniciativa privada, entidades do terceiro setor e organismos internacionais, conforme legislação vigente e aplicável, e sociedade civil que atua na área de gestão de resíduos sólidos;
- VII. Respeitar a legislação ambiental, em nível federal, estadual e municipal, relacionada à limpeza urbana e ao manejo dos resíduos sólidos dos municípios integrantes da região metropolitana da Grande Florianópolis;
- VIII. Promover e coordenar, junto às áreas competentes, programas e ações de capacitação de recursos humanos e de desenvolvimento na gestão de serviços de gestão integrada de resíduos sólidos.







4 Demonstrativos financeiros



GESTÃO FINANCEIRA

Os demonstrativos apresentam os resultados alcançados pela Agesan no exercício de 2012, a qual, desde 2011, conta com recursos próprios provenientes das taxas de fiscalização.

As informações que integram tais demonstrativos foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC e contemplam os dados contábeis consolidados.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência, procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais.

O Estado de Santa Catarina está se adequando de forma gradativa às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), tais ações são voltadas à implementação das Leis de Acesso à Informação e da Transparência Estadual e à convergência das demonstrações contábeis às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

1. Aspectos financeiros

Em 2012 a arrecadação da Agesan totalizou R\$ 4.273.261,18 (contra R\$ 2.823.186,22 em 2011), aumento de 51,36% em relação ao ano anterior.

As despesas liquidadas somaram, em

2012, R\$ 3.320.977,50 (contra R\$ 2.131.802,92 em 2011), 55,78% a mais do que em 2011.

Abaixo, o gráfico comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas nos exercícios de 2011 e 2012.

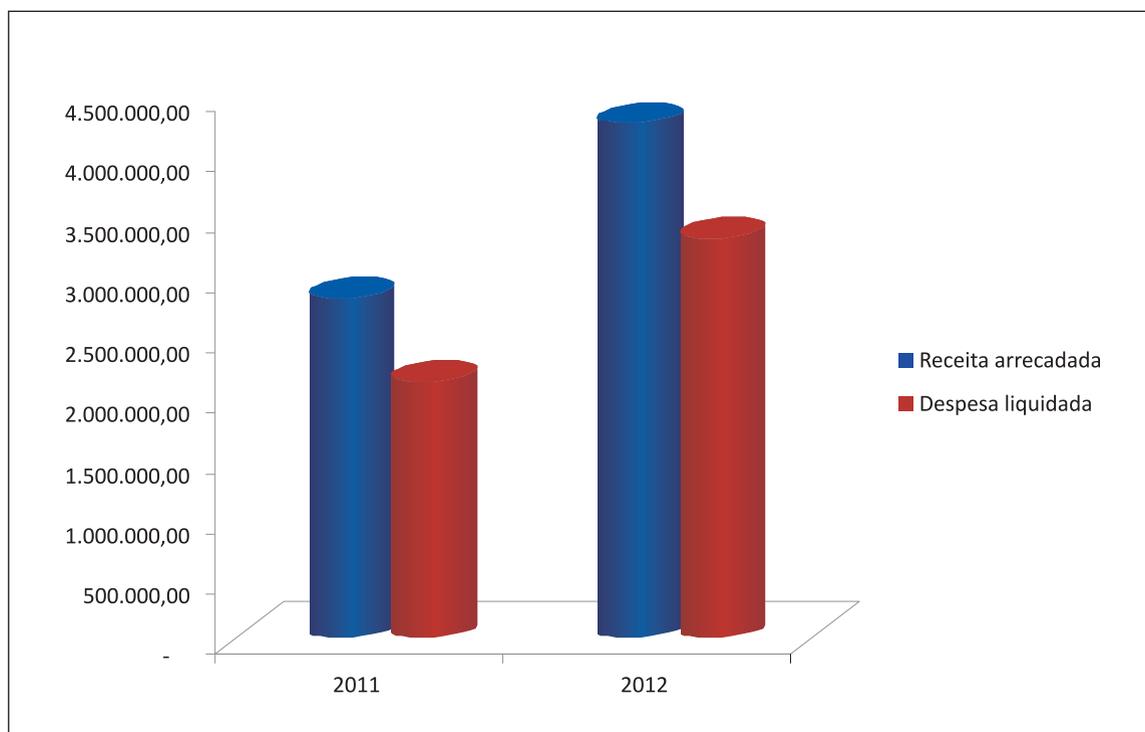


Figura 1 – Arrecadação em 2012

Todas as receitas da Agência são inerentes à Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico a ser cobrado conforme o art. 29 da Lei Complementar nº 484/2010, ou seja, a Agência é autogerida ex-

clusivamente com recursos próprios (Fonte de Recurso 0.119), provando, dessa forma, sua independência financeira. O saldo financeiro ao final do exercício 2012, antes das obrigações a pagar, era de R\$ 959.287,02.

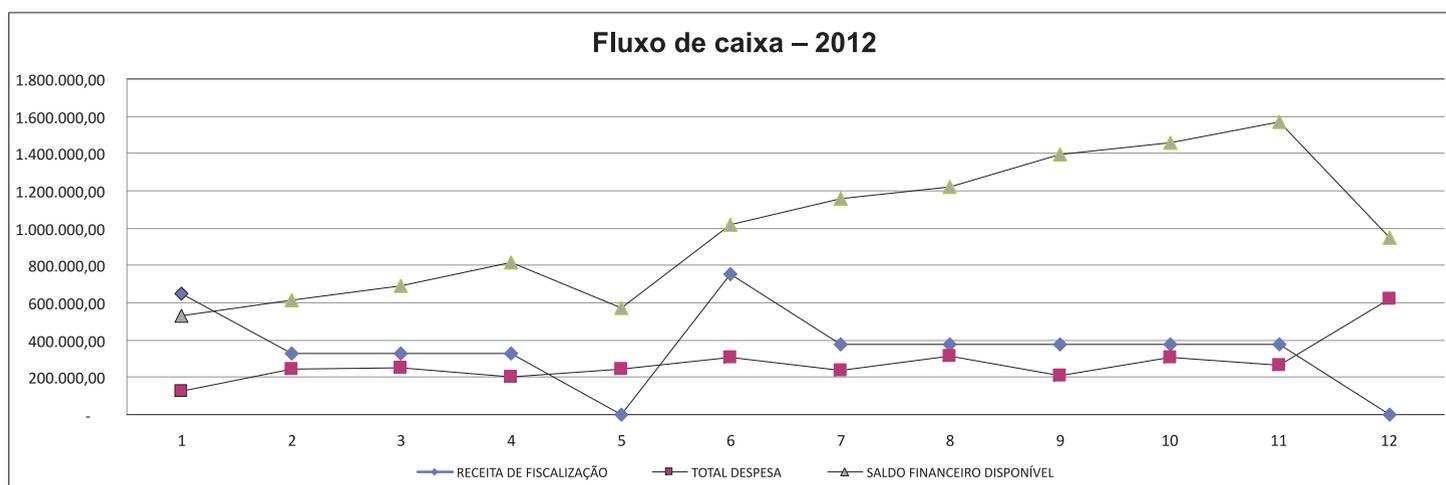


Figura 2 – Fluxo de caixa – 2012

Vale destacar que as receitas de dezembro e janeiro têm uma cobrança diferenciada devido ao encerramento e à abertura do exercício, pois se tem como padrão o vencimento no último dia de cada mês, mas devido à falta de tempestividade na abertura do sistema orçamentário e financeiro no início do ano, a data de vencimento de dezembro é transferida para a primeira semana de janeiro do exercício seguinte.

Do total aplicado em 2012, foram destinados R\$ 1.187.667,28 para o custeio dos serviços públicos (sendo

que R\$ 700.108,02 foi para pagamento da empresa de serviços terceirizados), R\$ 1.957.531,52 para a folha de pagamento dos servidores e R\$ 175.778,70 para investimentos.

Para facilitar a compreensão do gráfico, as despesas com terceirizados foi desmembrada do total das despesas de custeio.

Do total investido em 2012, foi aplicado R\$ 150.000,00 para aquisição de dois veículos, tipo utilitário SUV, tracionados para o setor de fiscalização.

2. Inscrição dos restos a pagar e disponibilidade de caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para poder inscrever despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compromissos. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente,

para atender ao objeto de sua vinculação.

Em 2012 foram inscritos restos a pagar no montante de R\$ 157.018,54 (contra R\$ 66.699,57 em 2011). Nesse ano a Agesan teve como premissa pagar todos os seus fornecedores dentro do próprio exercício, dessa forma o valor inscrito refere-se exclusivamente a restos não processados e, desse montante, R\$ 138.483,50 é relativo à empresa contratada para divulgar a marcar da Agência, conforme autorizado e aprovado pela Secretaria de Comunicação.

TÍTULOS	Disponibilidade financeira (a)	Restos a pagar inscritos (b)	Disponibilidade financeira após a inscrição dos restos a pagar (c) = (a - b)
Recursos FR 0.119 Taxa de Fiscalização	959.287,02	157.018,54	802.268,48

O superávit financeiro, apurado no exercício 2012, foi de R\$ 802.268,48 contra R\$ 626.095,29, em 2011, apresentando, assim, um aumento de 28,14% em comparação ao ano anterior.

Desde sua criação, em 2010, a Agesan apresentou consecutivos superávits financeiros, que totalizam

um montante de R\$ 1.746.435,89, mas em todo início de exercício a Diretoria do Tesouro Estadual converte o superávit financeiro da Agesan (Fonte 0.319) em recursos do Tesouro (Fonte 0.309), embasada na Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, e conforme autorizado pelo Secretário de Estado da Fazenda.

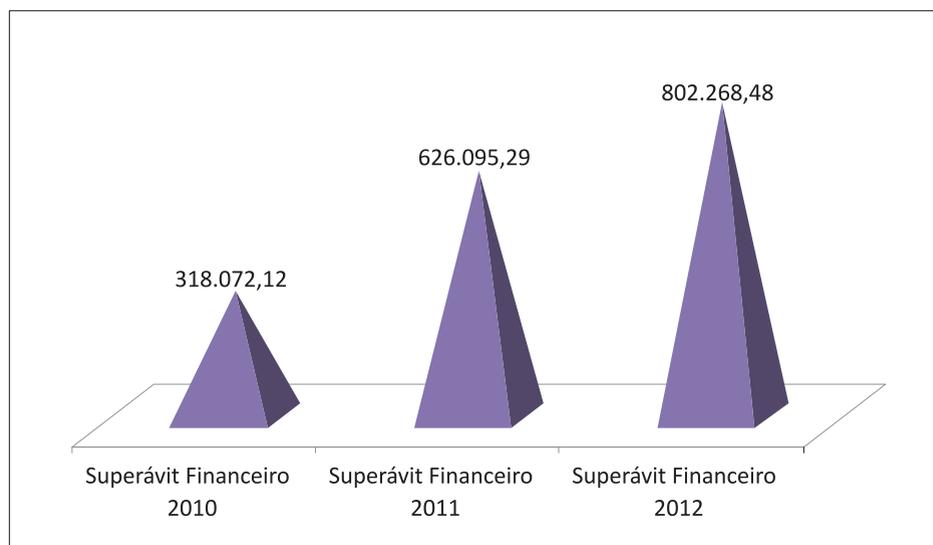


Figura 3 – Superávit financeiro

3. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios

contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e atendendo à Lei Orçamentária Anual.

3.1. Balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2011 e 2012

ATIVO	2011	2012	PASSIVO	2011	2012
Ativo circulante	692.794,86	1.116.575,57	Passivo circulante	66.699,57	-
Créditos em circulação	692.794,86	959.287,02	Obrigações em circulação	66.699,57	-
Créditos a receber	692.794,86	959.287,02	Obrigações a pagar	66.699,57	-
Bens e valores em circulação	-	157.288,55			
Estoques	-	157.288,55			
Ativo permanente	667.537,71	652.250,00	Patrimônio líquido (saldo patrimonial)	1.293.633,00	1.768.825,57
Imobilizado	667.537,71	649.405,00	Lucros ou prejuízos acumulados	1.293.633,00	1.768.825,57
Bens móveis e imóveis	712.709,43	740.982,13	Resultado do exercício	878.246,26	475.192,57
Depreciações e amortizações	(45.171,72)	(91.577,13)	Resultados exercícios anteriores	415.386,74	1.293.633,00
Intangível	-	2.845,00			
Softwares	-	2.845,00			
Ativo compensado	22.779.960,58	10.509.069,59	Passivo compensado	22.779.960,58	10.509.069,59
TOTAL ATIVO	24.140.293,15	12.277.895,16	TOTAL PASSIVO	24.140.293,15	12.277.895,16

3.2. Balanço orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012

RECEITA						
TÍTULOS	PREVISÃO	2011 EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	PREVISÃO	2012 EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas correntes	280.000,00	-	(280.000,00)	-	-	-
Receita de serviços	80.000,00		(80.000,00)	-	-	-
Transferências correntes	200.000,00		(200.000,00)	-	-	-
	-		-	-		-
Transf. financ. recebidas	10.445.645,00	2.823.186,22	(7.622.458,78)	4.598.160,00	4.273.261,18	(324.898,82)
Taxa de fiscalização serviços Públicos de saneamento básico		-	-		-	-
			-			-
SOMA	10.725.645,00	2.823.186,22	(7.902.458,78)	4.598.160,00	4.273.261,18	(324.898,82)
DÉFICIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.725.645,00	2.823.186,22	(7.902.458,78)	4.598.160,00	4.273.261,18	(324.898,82)

DESPESA						
TÍTULOS	FIXAÇÃO	2011 EXECUÇÃO	DIFERENÇAS	FIXAÇÃO	2012 EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Créditos						
Orçamentários e suplementares	10.529.845,60	2.197.265,37	(8.332.580,23)	4.598.160,00	3.477.996,04	(1.120.163,96)
Especiais e extraordinários						
SOMA	10.529.845,60	2.197.265,37	(8.332.580,23)	4.598.160,00	3.477.996,04	(1.120.163,96)
SUPERÁVIT	195.799,40	625.920,85	430.121,45	-	795.265,14	795.265,14
TOTAL	10.725.645,00	2.823.186,22	(7.902.458,78)	4.598.160,00	4.273.261,18	(324.898,82)

3.3. Demonstração das variações patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2011 e 2012

VARIAÇÕES ATIVAS	2011	2012	VARIAÇÕES PASSIVAS	2011	2012
			Despesa	2.197.265,37	3.477.996,04
			Despesas correntes	2.121.839,52	3.302.217,34
			Pessoal e encargos sociais	1.691.394,33	1.899.139,84
			Outras despesas correntes	430.445,19	1.403.077,50
			Despesas de capital	75.425,85	175.778,70
			Investimentos	75.425,85	175.778,70
Resultado orçamentário	2.823.186,22	4.690.419,96			
Interferências ativas	2.823.186,22	4.273.261,18			
Mutações ativas		417.158,78			
Resultado Extraorçamentário	6.594.111,15	9.016.606,77	Resultado Extraorçamentário	6.341.785,74	9.753.838,12
Interferências ativas	5.846.360,28	8.818.090,99	Interferências passivas	5.846.360,28	8.818.090,99
Acréscimos patrimoniais	747.750,87	198.515,78	Decréscimos patrimoniais	495.425,46	935.747,13
Subtotal das variações ativas	9.417.297,37	13.707.026,73	Subtotal das variações passivas	8.539.051,11	13.231.834,16
Resultado patrimonial - déficit	-	-	Resultado patrimonial - superávit	878.246,26	475.192,57
Total das variações ativas	9.417.297,37	13.707.026,73	Total das variações passivas	9.417.297,37	13.707.026,73

4. Previsão orçamentária para 2013

- **Receita:** a previsão das receitas será com base nas receitas de 2012, corrigidas pelo IPCA (no mínimo), e na projeção de assinatura de novos convênios, totalizando R\$ 4.967.433,00;

- **Despesa:** a fixação da despesa é limitada ao total das receitas sendo composta da seguinte maneira:

Despesas Correntes	4.515.980,00
Folha de Pagamento	2.021.090,00
Outras Despesas Correntes	2.494.890,00
Permanente	451.453,00
Investimento	451.453,00
Total	4.967.433,00



**BACIA
HIDROGRÁFICA**

ETE
(Estação de tratamento
de esgoto)

ETA
(Estação de tratamento
de água)

**ATERRO
SANITÁRIO**

5 Considerações finais

Como vimos, este relatório é resultado do segundo ano efetivo de atuação da Agesan na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico no Estado de Santa Catarina, mais especificamente água, esgoto e resíduos sólidos.

Avançamos nos instrumentos regulatórios e seus impactos e também na capacidade institucional para gestão, melhoria da coordenação da qualidade e da efetividade em regulação e fiscalização. Houve o fortalecimento da transparência e do controle social nos processos de fiscalizações e no fortalecimento da governança da agência.

O nosso desafio para o próximo ano é continuar a regular e fiscalizar os contratos das prestadoras, estabelecer a metodologia de revisão tarifária para que tenhamos maior eficiência e modicidade das tarifas e a universalização dos serviços. Além de continuar aumentando a capacidade de transmitir para usuários, regulado e a sociedade em geral a importância do órgão regulador.

Diretoria Colegiada da Agesan

O relatório de atividades 2012 da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina – Agesan está disponível em versão *on-line*, no *site* www.agesan.sc.gov.br

Direitos autorais

Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina – Agesan

Responsáveis por esta publicação

Diretoria Colegiada Agesan

Produção de conteúdo e fotos

Equipe Agesan

Elaboração e coordenação geral

Karin Walli

Márcia Menezes da Silva Soncini

Projeto gráfico e diagramação

Cheila Pinnow

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora do Estado de Santa Catarina – DIOESC

Revisão de texto

Jaqueline Sindorski Bigaton

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora do Estado de Santa Catarina – DIOESC

Tiragem

1500 exemplares

Impressão

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora do Estado de Santa Catarina – DIOESC



Agesan | Agência Reguladora de Serviços de
Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina

SEDE PRÓPRIA
Rua Anita Garibaldi, 79 | Centro Executivo Miguel Daux – 11º andar
CEP 88010-500 | Centro | Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-4350

agesan@agesan.sc.gov.br | www.agesan.sc.gov.br